

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/02/2013 a 28/02/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Débora Calheiros: Enfim, uma esperança para o Código Florestal. Débora Calheiros – Site do MST. 01/02/2013	4
Azenha aponta tratamento diferenciado da agroecologia na Europa e no MST. Luiz Carlos Azenha – Site do MST. 01/02/2013	6
https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=EqRbKZr_WF4	7
Tocantins terá Centro de Excelência Internacional de Irrigação e Agricultura de Baixo Carbono – Site da CNA. 01/02/2013	7
Crédito para a floresta – Folha de São Paulo. 01/02/2013	9
Açu é multado por fazer obra sem avisar – Folha de São Paulo. 02/02/2013.....	9
Invasões por grupos indígenas no Paraná e Mato Grosso do Sul serão tema de audiência com os ministros da Justiça e Casa Civil – Site da CNA. 04/02/2013	10
Pecuária sustentável: reunião discute boas práticas agropecuárias pelo País – Site do MAPA. 05/02/2013	11
Receitas no longo prazo podem comprometer atividade florestal – Site da CNA. 06/02/2013.....	11
Lei ambiental fortalece governança. Carlo Lovatelli – Estado de São Paulo. 05/02/2013.....	12
Novas lentes. Marina Silva – Folha de São Paulo. 08/02/2013.....	13
Estudo mostra que Pará pode receber até R\$ 2,2 bi em compensações ambientais. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 05/02/2013	14
Fabricante é alvo de investigação chinesa. Stella Fontes e Assis Moreira – Valor Econômico. 07/02/2013	15
Novas regras para as multas ambientais. Louise Bosschart e Marina Galvani – Valor Econômico. 08/02/2013	16
Uso da Agricultura de Precisão cresce no País – Site do MAPA. 14/02/2013	18
Governo define estratégia nacional para reduzir emissões por desmatamento – Site do MMA. 15/02/2013	19
Orgânicos crescem com diferenciação – Folha de São Paulo. 17/02/2013.....	20
Código Florestal: Quatro Marcos e Campo Novo abrem hoje ciclo de seminários – Site da CNA. 18/02/2013	21
Guarani Kaiowá de 15 anos é assassinado com tiro na cabeça. <i>Ruy Sposati – Cimi Site do MST.</i> 19/02/2013	21
Movimentos sociais realizam ato contra Belo Monte em Belém do Pará – Site do MST. 19/02/2013.....	23
Em busca de novas florestas – O Globo. 19/02/2013	23
Frente Parlamentar de Agroecologia em São Paulo será lançada em março. <i>Rafael Nunes – Site do MST.</i> 20/02/2013	27
Ruralistas avançam em áreas protegidas e pretendem mudar a Consituição. Bernardo Camara – Greenpeace Site do MST. 21/02/2013.....	28

Fazendeiro confessa ter atirado Guarani-Kaiowá encontrado morto no MS. Daniele Silveira – Site do MST. 22/02/2013.....	29
Depois do Código, ruralistas miram legislação trabalhista e terras indígenas. Murilo Rodrigues Alves – Site do MST. 22/02/2013	29
Florestas Plantadas: Câmara discute ações para 2013 – Site do MAPA. 25/02/2013	31
Ibama cobra compensações atrasadas em Belo Monte. Valor Econômico. 25/02/2013	32
Indígenas ameaçam guerra para barrar hidrelétricas no rio Tapajós. André Borges – Valor Econômico. 25/02/2013	34
Projeto Biomas em 2013 – Site da CNA. 27/02/2013	35
Projetistas em Agricultura de Baixo Carbono – Site da CNA. 28/02/2013	38
Grande procura por financiamento do Programa ABC – Site da CNA. 28/02/2013	38
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica começa a ser elaborado – Site do MDA.28/02/2013	39
Comissão interministerial e sociedade civil discutem critérios para estimular a produção orgânica – Site do MMA. 28/02/2013	41

Débora Calheiros: Enfim, uma esperança para o Código Florestal. Débora Calheiros – Site do MST. 01/02/2013

Diante da cegueira, inércia, omissão e conivência coletivas e deliberadas em relação a todo o absurdo processo de revisão do Código Florestal, que recebeu até a denominação de “novo” (embora de novo não tenha nada, já que é tecnicamente e legalmente retrógrado...) e chegou a ser aprovado como lei (Lei 12.651/2012), alguém agiu com o cuidado e critério que se espera da Procuradoria-Geral da República (PGR).

No dia 21 de janeiro, Sandra Cureau, durante o seu período como procuradora-geral interina, entrou com três ações no Supremo Tribunal Federal (STF), questionando três pontos da lei que aprovou o Código Florestal: as determinações quanto às áreas de preservação permanentes (APPs), a redução da reserva legal e a anistia para quem desmatou além dos limites permitidos pela legislação.

“O processo legislativo foi dominado por propostas que tinham como pano de fundo um único objetivo: desonerar os proprietários rurais dos deveres referentes à proteção das florestas e, ainda, ‘anistiar’ ilegalidades antes cometidas”, avaliou a procuradora, questionando a constitucionalidade do texto sancionado.

Tudo que afrontosamente tivemos o desprazer de acompanhar neste vergonhoso drama kafkaniano, sob pressão direta e indireta de apenas um setor da sociedade, o setor do agronegócio, o mais interessado economicamente em sua aprovação... foi uma clara afronta à nossa Lei Magna, que deveria ser seguida à risca por todos, em especial os do poder público, mas contou com chancela presidencial.

Afronta ao Artigo Constitucional 225, a tudo que se possa imaginar em termos de embasamento técnico, às políticas públicas nacionais e internacionais e à Política Nacional de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos e legislação vigentes, sem falar nos aspectos ético e moral. O Código Florestal original não era perfeito, mas, ao menos, tinha bom senso e era técnico.

Uma afronta também aos cientistas de instituições de renome como USP/ESALQ, UNESP, UNICAMP, UFRJ, INPA, INPE, UFMT, UnB, UNIFESP2, entre várias outras, além da SBPC e ABC. Até mesmo a Embrapa, considerada como referência pelo próprio setor ruralista, embora tenha se omitido deliberadamente do debate público e censurado funcionários, tem — como era de se esperar dada a qualidade de seu corpo técnico — inúmeras publicações³ importantes sobre o tema.

Uma afronta à Ciência, com “C” maiúsculo, com rigor técnico e comprometimento com o bem público. Desrespeitados foram também os brasileiros que se manifestaram contrariamente nas ruas e nas redes sociais através de cerca de 3 milhões de assinaturas entregues oficialmente à Presidente nas diferentes campanhas do “VETA DILMA!”

Tudo absurdamente ignorado: leis, políticas públicas, ciência, bom senso e opinião pública. Entretanto, cede-se vergonhosamente às pressões políticas de um setor que tem sido historicamente um dos mais privilegiados deste país e com grande participação e

responsabilidade no nível de degradação ambiental e social na área rural, obviamente, com conivência e omissão de órgãos públicos.

Quem respeita a lei é, mais uma vez, desrespeitado neste país. Quem avilta a lei continua sendo favorecido. Inversão total de valores mantida por governos que se afirmavam popular, republicano e democrático. Acontece no caso dos transgênicos, no uso indiscriminado de agrotóxicos e se repete no caso do Código Florestal. Cria-se o fato ilegal, argumenta-se com base em pseudociência e muda-se a legislação. Simples assim.

Desde a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (também conhecido como Estocolmo+30 e Rio+10), realizada em 2002 em Joanesburgo, a ONU e a OMS têm enfatizado a importância de se considerar o uso de água doce como uma questão ética, salientando a necessidade de se incluir o aspecto de gênero relacionado ao papel da mulher na ética do uso da água⁴. Como a água é a fonte da vida e porque a água potável é um componente crucial da saúde, a questão ética é uma questão de sobrevivência para a humanidade (!).

As mulheres, também como fontes de vida, têm um papel de liderança na promoção da ética ambiental. Mulheres, especialmente as de comunidades e povos tradicionais, segundo a ONU, têm conhecimento sobre as relações ecológicas e a gestão de ecossistemas frágeis, conhecimento fundamental para a sobrevivência da humanidade (!). De acordo com a mesma ONU, ações para o desenvolvimento sustentável que não envolvam as mulheres não terão sucesso.

Como mulher e cientista da área de recursos hídricos, ecologia de rios e gestão de bacias hidrográficas, me espanta tamanha desmoralização da ciência e das políticas públicas, realizada por pessoas que deveriam responsabilmente embasar suas decisões em informação de qualidade. Ignorar ciência na era da informação é praticar um desserviço ao país; é praticar improbidade administrativa no caso de funcionários públicos; é agir inconstitucionalmente.

Pergunta-se: Como imaginam que se possa fazer gestão ambiental e de recursos hídricos na escala de uma bacia hidrográfica, levando em conta regras diferenciadas para cada propriedade em separado, sem considerar o sistema como um todo? Não só a Constituição foi desrespeitada, mas a Lei de Administração Pública, a Lei de Recursos Hídricos, as políticas da ONU, a Convenção Ramsar, a Convenção do Clima e a de Diversidade Biológica, a ética...

Que bom, então, que Sandra Cureau, uma mulher, agiu, cumprindo o seu papel profissional de funcionária pública. Ou teria ela, por ventura, se sensibilizado e bebido da mesma fonte das avós do projeto “A Voz das Avós – no Fluir das Águas”⁵?

Outras mulheres com poder político, como Dilma, Izabella, Gisela e Kátia, frente a tudo que já sabemos nesses finais da Década da Água⁶, precisam urgentemente beber muito dessa fonte que as tornariam mais femininas no amplo sentido da relação maternal de cuidado com a vida, com a água, com a mãe Terra.

Em tempo. Sugestão técnica: recomeçar o processo para se discutir e elaborar uma nova legislação, respeitando a Política Nacional de Recursos Hídricos, regida pela Lei Nacional de Recursos Hídricos. Ou seja, garantindo a participação de toda a sociedade, necessária para a efetiva gestão de recursos hídricos como previsto nas referidas Política e Lei.

A legislação determina que a gestão seja participativa e tripartite. Garante que representantes de todos os setores da sociedade (usuários, sociedade civil e governos) de forma paritária, exerçam sua cidadania, mas com o devido embasamento técnico da SBPC, ABC, Embrapa, Universidades e outras instituições de pesquisa.

Para tanto, poder-se-ia utilizar o método das Conferências Nacionais, muito bem realizadas durante o governo Lula, com o apoio dos comitês de bacia e universidades locais, mas tendo como produto final a efetiva produção de um Projeto de Lei.

Tal proposta coletiva seria posteriormente analisada pelos Conselhos Nacional de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente e depois referendada por meio de Plebiscito Nacional. Água é assunto coletivo.

Atualmente, fala-se tanto em inovação tecnológica, proponho então esta inovação na área de gestão de recursos hídricos. É simples de ser implantada. Bastaria respeitar as leis vigentes e as Convenções cujo país já é signatário, todas bem embasadas em Ciência.

Azenha aponta tratamento diferenciado da agroecologia na Europa e no MST. Luiz Carlos Azenha – Site do MST. 01/02/2013

Acho que foi no caderno Paladar, do Estadão, no ano passado, que li simpática reportagem sobre a produção de alimentos orgânicos nos Estados Unidos, repleta de elogios à produção em pequena escala, de gente tão ou mais preocupada com a comunidade e a saúde dos consumidores que com o lucro.

Small, como em agricultura familiar, is beautiful.

Pensei comigo: nos Estados Unidos, pode!

Irônico imaginar o texto num jornal que representa o agronegócio e sustenta que o MST é uma relíquia do tempo da Guerra Fria e que não há problema no campo brasileiro que justifique sua existência.

Hoje, no caderno Comida, da Folha, leio — outra vez surpreso — A redenção das uvas nativas, na qual Cristiana Couto e Alexandra Corvo falam de iniciativas europeias para “recuperar uvas próximas do desaparecimento” e produzir “vinhos com mais identidade”.

“Uma das vantagens de recuperar castas autóctones é que elas já estão adaptadas ao seu lugar de origem”, diz o texto a certa altura.

“O principal motivo que move os produtores é a consciência de preservar um patrimônio genético e histórico”, continua.

“‘Esse movimento não é apenas uma tendência’, ressalta Jancis Robinson [inglesa, autora do livro Wine Grapes]. Está em sintonia com a atenção à comida local e com nossa consciência cada vez maior da importância da biodiversidade”.

De novo, pensei: na França, na Itália e em Portugal, pode!

Sim, porque defender a biodiversidade é uma das principais propostas do MST. Por que, afinal, o movimento se volta contra o uso extensivo dos agrotóxicos e das sementes transgênicas e defende a agroecologia?

Na verdade, o MST faz parte de um despertar global para questões que dizem respeito diretamente à nossa saúde e ao nosso prazer, à preservação cultural e ao desperdício de água e recursos, como em “nova-iorquino come morangos frescos 12 meses por ano”.

Não são, certamente, firulas ideológicas, mas questões de vida ou morte.

Certa vez, a prêmio Nobel queniana Wangari Maathai nos deu uma excelente entrevista falando da importância de trazer de volta o sorgo a regiões da África onde a agricultura voltada para exportação já o havia substituído por plantas que consumiam uma quantidade muito maior de água, com o risco de desviar água de populações inteiras para a irrigação.

Não há nada mais contemporâneo, portanto, que a pauta do MST. Quanto aos jornais que acusam o movimento de ser algo ultrapassado, aparentemente o futuro deles repousa nos cadernos de Culinária.

Apreciem quatro sugestões de vídeo para os que estão chegando agora ao tema:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=EqRbKZr_WF4

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=gE_yIfkR88M

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=8RVAgD44AGg

<http://vimeo.com/55611271>

Tocantins terá Centro de Excelência Internacional de Irrigação e Agricultura de Baixo Carbono – Site da CNA. 01/02/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, assina neste sábado, 2/2, um protocolo de intenções para a instalação do Centro Internacional de Referência em Tecnologia de Irrigação e Agricultura de Baixo

Carbono (CIRCA), em Palmas, no Tocantins, em cerimônia, às 10h, no Palácio Araguaia, com o governador do Estado, Siqueira Campos, e representante da empresa estatal espanhola Tragsa (Empresa de Transformações Agrícolas), especializada em projetos irrigação. O CIRCA será um centro de excelência para identificação, desenvolvimento e normatização de sistemas de irrigação e fomento à agricultura de baixo carbono, voltado ao desenvolvimento sustentável e à obtenção de benefícios sociais, econômicos e ambientais.

O combate à fome e à pobreza serão alguns dos desafios do setor agropecuário, nas próximas décadas, diante do crescimento da população mundial e dos possíveis impactos das mudanças climáticas sobre a produção de alimentos. Dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) indicam que será preciso aumentar em 70% a produção de alimentos até 2050, para atender à elevação da população mundial em mais de 2,3 bilhões de habitantes.

“Este quadro mostra a necessidade de aumentar a produtividade agrícola pela melhora da eficiência no uso de recursos e insumos, pelos avanços no melhoramento genético e pela prática de uma agropecuária mais tecnificada e sustentável”, afirma a senadora Kátia Abreu. O Brasil ocupa a 16ª posição em nível mundial de utilização de irrigação, com pouco mais de 1% da área total irrigada no mundo. A área estimada de solos aptos ao desenvolvimento sustentável da irrigação, no Brasil, é de aproximadamente 30 milhões de hectares. Deste total, 4,4 milhões de hectares estão localizados no Tocantins, onde funcionará o novo Centro Internacional de Referência em Tecnologia de Irrigação e Agricultura de Baixo Carbono (CIRCA).

O CIRCA terá a responsabilidade de instruir o produtor rural quanto às mudanças climáticas e a prática da irrigação, orientando a aplicação de melhores tecnologias para a mitigação dos impactos e a adoção das mais avançadas técnicas de irrigação. Deverá converter-se em instrumento técnico de implantação dos programas relacionados à Política de Governança Climática da Agropecuária (PGCA), implementada pelo Sistema CNA, além de desenvolver atividades que promovam o desenvolvimento da agricultura irrigada no Estado, transformando-se em referência nacional e internacional na atividade.

Conforme o protocolo de intenções assinado neste sábado, a atuação do CIRCA será pautada nos seguintes pilares: treinamento e capacitação, por meio de cursos e treinamentos ministrados periodicamente, em matérias de irrigação e técnicas agrícolas e pecuárias de baixo carbono; pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; e assistência técnica ao agricultor e empresário. Serão oferecidos serviços de assessoramento e coordenação de atividades, em apoio à agricultura familiar ou ao empresário agrícola, quanto ao uso de irrigação e de práticas agrícolas de baixo carbono, nas seguintes linhas de trabalho: manejo de cultivos, recuperação de áreas degradadas, eficiência energética, tratamento de dejetos de animais, sistemas de plantio direto e todas as medidas próprias de projetos de créditos de carbono; além de fomento à indústria de transformação de alimentos; prospecção de mercados nacionais e internacionais e publicação de informes que facilitem a tomada de decisões pelos agricultores quanto a seus cultivos.

Crédito para a floresta – Folha de São Paulo. 01/02/2013

A queda fenomenal do desmatamento na Amazônia, de 27 mil km² (área maior que a de Sergipe), em 2004, para menos de 5.000 km², em 2012, teve muitas causas. Entre elas, parece ter sido particularmente eficaz o uso de instrumentos econômicos para induzir fazendeiros a preservar a mata.

Menos conflituosa que a fiscalização e a repressão, porém não menos efetiva, mostrou-se a restrição do crédito rural para propriedades em situação ambiental irregular. A comprovação está em um estudo do Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-RJ.

O trabalho se debruça sobre os efeitos da resolução 3.545 do Banco Central, de 2008. Ela exigia de produtores, como condição para obter crédito de bancos oficiais, documentação de que estavam em dia com exigências ambientais.

O trabalho concluiu que R\$ 2,9 bilhões deixaram de ser emprestados à região, entre 2008 e 2011, por força da resolução. Como resultado, nos anos seguintes um total de 2.700 km² de desmatamento teria sido evitado, uma vez que os fazendeiros dispunham de menos capital para ampliar atividades.

Claro está que o aumento de produção também pode ser obtido com melhor produtividade, e não só com a abertura de novas áreas à custa da floresta. Mas não é essa a realidade na Amazônia, onde a posse de terras nuas ainda é o maior signo de riqueza.

O estudo também sugere que essa correlação entre crédito e desmatamento é mais forte no caso da pecuária do que no da agricultura.

Os dados indicam que a concessão de financiamento caiu mais, após a resolução, nos municípios em que predomina a criação de gado. Um indicativo de que pecuaristas tendem a usar o capital na compra de áreas e no desmate, para acumular mais pastos e cabeças.

A saída racional, assim, está na regularização ambiental das fazendas para obter crédito e investi-lo na melhoria da produtividade.

O instituto Imazon, do Pará, estima ser factível produzir 300 quilos de carne por hectare na Amazônia (a média hoje é de meros 80 quilos). Alcançar tal produtividade em um quarto das pastagens da região, até 2022, permitiria atender toda a demanda futura -sem derrubar uma só árvore.

Açu é multado por fazer obra sem avisar – Folha de São Paulo. 02/02/2013

A OSX, empresa de estaleiros de Eike Batista, foi multada em R\$ 1,3 milhão pela Secretaria Estadual do Ambiente por ter feito obras sem autorização no Porto do Açu (RJ), para reduzir o teor de sal de um canal que cruza o empreendimento. Além da multa, a empresa terá que usar outro espaço para depositar a areia que retira do mar e dragar o canal para equilibrar a salinidade. A empresa diz que vai recorrer.

Invasões por grupos indígenas no Paraná e Mato Grosso do Sul serão tema de audiência com os ministros da Justiça e Casa Civil – Site da CNA. 04/02/2013

Lideranças rurais dos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, acompanhados pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, entregaram à presidente Dilma Rousseff um documento relatando a insustentável situação de insegurança jurídica vivida pelos produtores que tiveram suas propriedades invadidas por grupos indígenas e cidadãos paraguaios na fronteira do Mato Grosso do Sul e do Paraná, nos municípios de Iguatemi, Douradina, Itaporã, Paranhos, Tacuru, Coronel Sapucaia e Ambaí, além de Guaíra e Terra Roxa, respectivamente. A presidente da República determinou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e à ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que recebam uma representação de produtores e a presidente da CNA, no próximo dia 7 de fevereiro, em Brasília, para tratar do assunto.

O documento foi entregue durante o Show Rural Coopavel, promovido há 25 anos pela Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, no município. A senadora Kátia Abreu falou sobre a importância de serem respeitadas e cumpridas pela Funai (Fundação Nacional do Índio) as 19 condicionantes que resultaram do julgamento da terra indígena Raposa Serra do Sol, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), em março de 2009. Participaram do encontro o presidente da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul), Eduardo Riedel, e os representantes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Tarcísio Barbosa de Souza e Paulo Orso.

As terras indígenas abrigam, hoje, 600 mil índios em todo o País, ocupando 12,6% do território nacional, enquanto as cidades brasileiras, incluindo estradas e infraestrutura, equivalem a 11% do Brasil. As condicionantes estabelecidas pelo STF, entre outros dispositivos, vedam a ampliação de áreas já demarcadas. Documento da Famasul informa, no entanto, que a Funai abriu novos processos de identificação e demarcação de terras indígenas em municípios do Mato Grosso do Sul, como os casos de Iguatemi, Pegoá 1, 2 e 3. Segundo Eduardo Riedel, não há casos de posse, nem situações de retirada forçada de comunidade indígena de terras tradicionalmente ocupadas no Estado. Todas as propriedades estão regularizadas e possuem títulos adquiridos diretamente do poder público, há mais de um século.

Os municípios atingidos pelos conflitos ocupam um terço do Mato Grosso do Sul, ao sul do território, na fronteira com o Paraná e o Paraguai, considerada a região mais fértil e produtiva do Estado. Inclui os municípios de Amambai, Itaporã, Iguatemi, Tacuru, Coronel Sapucaia, Paranhos e Douradina. No caso do Paraná, o documento da FAEP relata que os conflitos começaram em agosto de 2012, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, quando os invasores chegaram clandestinamente do Paraguai e de outros Estados atendendo às expectativas geradas pela Funai de que são territórios históricos de ocupação indígena. “Produtores rurais e suas famílias estão sendo ameaçados pelos invasores e, com a intervenção de funcionários do órgão federal, criou-se clima de insegurança jurídica e medo de violência”, diz o documento.

Para a presidente da CNA, é fundamental que o STF confirme o efeito vinculante das condicionantes do julgamento da Raposa Serra do Sul, ao julgar os embargos declaratórios impetrados junto ao tribunal. Somente assim, a AGU (Advocacia Geral da União) poderá reeditar a Portaria 303, convertendo as orientações do STF em ato

normativo. Dessa forma, acredita que será possível restabelecer a segurança jurídica nas áreas rurais invadidas ou em conflito por ameaças de invasão. A senadora Kátia Abreu informou que visitará o STF na próxima semana, quando pretende manifestar a sua preocupação com a questão.

Pecuária sustentável: reunião discute boas práticas agropecuárias pelo País – Site do MAPA. 05/02/2013

Representantes das indústrias, organizações não-governamentais, associações de pecuaristas, varejo, bancos, organizações da sociedade civil, centros de pesquisas e sociedade que integram o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) discutiram com o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Caio Rocha, a implementação de políticas para o desenvolvimento da pecuária sustentável no Brasil. O encontro foi na sede do Ministério, em Brasília, na tarde desta terça-feira, dia 5 de fevereiro.

O grupo quer o apoio do Mapa às ações já executadas junto à cadeia produtiva e a novos projetos que venham a ser desenvolvidos. O GTPS foi criado em 2007 e constituído formalmente em 2009. No ano passado, o grupo assinou com o Ministério da Agricultura e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) um protocolo de intenções para a recuperação de 15 milhões de hectares de áreas degradadas no País até 2020. “Queremos ampliar a parceria para a disseminação da pecuária sustentável. O Ministério tem diferentes programas voltados para isso e o apoio da cadeia é importante para multiplicarmos as ações junto aos produtores”, disse Rocha.

De acordo com o secretário, o Mapa também se propõe a ampliar o apoio às ações de boas práticas sustentáveis implementadas pelo GTPS e também promover em parceria com o Grupo a capacitação técnica de profissionais e produtores, além de atuarem conjuntamente na obtenção de recursos para a execução das ações propostas. A intenção é mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais a partir implantação das boas práticas agropecuárias.

Receitas no longo prazo podem comprometer atividade florestal – Site da CNA. 06/02/2013

Apesar de promissor, o segmento florestal ainda enfrenta algumas barreiras para consolidar sua expansão no Brasil. Entre as dificuldades, a necessidade de um amplo investimento no primeiro ano de atividade, com retorno apenas no longo prazo. Em média, a geração de receitas ocorre a partir do sexto ano de implantação de um projeto florestal na propriedade rural, o que pode desestimular quem pretende começar a investir neste setor. É o que aponta a primeira edição do boletim Ativos da Silvicultura, nova publicação técnica elaborada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Dendros Projetos Florestais e Ambientais. “Para um país que pratica uma das taxas de juros mais altas do mundo, essa característica pode comprometer significativamente o investimento florestal”, diz o estudo, feito com base em levantamentos sobre a situação deste mercado em três Estados: Minas Gerais, Bahia e Tocantins.

**Lei ambiental fortalece governança. Carlo Lovatelli – Estado de São Paulo.
05/02/2013**

Com o Código Florestal recém-aprovado, o Brasil entrou numa nova fase, caracterizada por forte melhoria na governança ambiental. Nesta nova etapa, os produtores rurais passam a ter maior segurança jurídica, principalmente porque o código introduz dois instrumentos: o Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma espécie de RG da propriedade, e o Programa de Regularização Ambiental. O setor privado deve apoiar e seguir a legislação brasileira, uma das mais completas do mundo.

O CAR é importante porque vai ordenar o uso e a ocupação do solo, identificar o produtor perante o órgão ambiental e permitir o acompanhamento das atividades produtivas na propriedade rural georreferenciada.

Entende-se por governança ambiental ações empreendidas pelo governo e o setor privado que permitem conciliar a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais. O Brasil vem executando essa equação com relativo sucesso. O País é uma potência agropecuária e dele se espera que continue a fornecer em grande quantidade grãos, fibras e carnes ao mercado global, mediante o cumprimento da legislação ambiental.

Graças ao progresso da governança, o Brasil tem hoje 62% do seu território coberto com vegetação nativa.

O desmatamento no Estado de Mato Grosso, principal fronteira agrícola brasileira, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), alcançou 11.814 km² em 2004 e 7.145 km² em 2005. E declinou, em 2011, para apenas 1.120 km². Nota-se, por esses números, a redução significativa no desmatamento em Mato Grosso com a melhoria gradual da governança. Na Amazônia Legal, em 2004, registraram-se 27.772 km² de desflorestamento, área que caiu para 6.418 km² em 2011. Em 2012, o desmatamento foi inferior a 5 mil km².

Essa realidade mais positiva tem muito que ver com a Moratória da Soja, instituída em 2006 e renovada até 31 de janeiro de 2014. Por esse pacto, as empresas afiliadas à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e à Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) implantaram um programa de governança setorial. O objetivo deste é não comercializar e não financiar a soja produzida em áreas desflorestadas, após 2006, localizadas no bioma Amazônia. O compromisso atendeu a demandas de consumidores internacionais. O Ministério do Meio Ambiente e organizações da sociedade civil (Conservação Internacional, Greenpeace, Ipam, TNC e WWF-Brasil) participam da moratória.

Antes dessa iniciativa, o cenário era de baixo cumprimento da legislação ambiental pelos produtores rurais e de altos índices de conversão de florestas nativas em áreas agrícolas.

Enquanto a governança pública era frágil, a Moratória da Soja atingiu seu objetivo de inibir o desflorestamento para o plantio de soja no bioma Amazônia. Já está provado que a oleaginosa, principal cultura agrícola do Brasil, não é vetor relevante para o desmatamento naquele bioma.

Nos últimos seis anos, foi adotado um conjunto amplo de medidas de combate ao desmatamento ilegal no País. Para citar as principais: Zoneamento Ecológico-Econômico dos Estados, lista de áreas embargadas do Ibama, reforço da fiscalização dos órgãos ambientais com o suporte da Polícia Federal e das Forças Armadas, criação do plano interministerial para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e o grande avanço no monitoramento, em tempo real, de desmatamentos e incêndios florestais com o uso de imagens de satélite. Estas constituem provas objetivas e permanentes para punir aqueles que desrespeitam a legislação ambiental.

O Brasil já tem um sistema eficiente de comando e controle sobre os seus recursos naturais. Cabe ao setor privado e à sociedade civil continuar trabalhando em conjunto numa agenda positiva, que aperfeiçoe ainda mais a governança pública. O principal objetivo é contribuir para o Brasil conciliar safras recordes e a conservação de seus recursos naturais.

Novas lentes. Marina Silva – Folha de São Paulo. 08/02/2013

Têm coisas que alimentam nossas esperanças e reafirmam as utopias. Na semana passada, estive na Costa Rica para uma conferência sobre projetos socioambientais. Em três dias, tive a oportunidade de conhecer várias lideranças sociais da América Latina e suas experiências inovadoras, de expressivo resultado cultural, social, econômico e ambiental.

Foi muito animador transitar nesse ambiente. É o tipo de experiência que amplia a visão e deixa mais perceptível como é limitador restringir-se ao espaço da política institucional.

Venho dizendo que as sementes de profundas mudanças estão espalhadas por todos os lugares do mundo. Para percebê-las, é preciso colocar as lentes do século 21.

Edgar Morin diz que, no começo, a mudança é apenas um pequeno desvio e que devemos estar atentos para apoiar aqueles que devem e precisam prosperar. Vi muitas iniciativas com potencial de atualizar políticas públicas e impulsionar a sociedade rumo à sustentabilidade: serviço de saúde de excelência para populações de baixa renda, arte e esporte para inclusão social e combate à violência, usos criativos e socialmente inclusivos dos resíduos sólidos, acessibilidade... a lista é longa e variada.

As novas iniciativas criam uma espécie de superfície de sustentação social e econômica, mas também conceitual, de valores e "modus operandi". Superam a mesmice e projetam o sonho de que um novo mundo é mesmo possível. Mostram que o mundo atual é fruto de nossas escolhas cotidianas, que podemos criar outras formas de organização e relacionamento entre nós e com a natureza.

Podemos ressignificar nossa experiência civilizatória. Podemos imaginar um Estado mobilizador, que incentive o potencial criativo da sociedade e nele se apoie para atualizar-se, desenvolver-se, recriar-se. Um mercado em que empresas com responsabilidade social e ambiental produzam bens e serviços para necessidades reais, muito além do supérfluo. Projetos culturais que humanizem as cidades e a convivência entre as gerações que nelas vivem. Programas que valorizem as comunidades

tradicionais, detentoras de saberes raros e de alto valor civilizatório, estabelecendo vínculos e trocas saudáveis em vez da assimilação forçada ou do isolamento preconceituoso.

Esses e muitos outros sonhos são semeados em nossas cidades e vilas, campos e florestas. Estão nas escolas, nas comunidades, no trabalho de muita gente talentosa. São pequenos desvios que podem se transformar em grandes caminhos. É preciso mudar o olhar sem perder o foco e a clareza da visão. Em vez de enxergar no tecido social apenas números, votos ou impostos, podemos fazer como os cientistas do biomimetismo, que olham para a natureza em busca de boas ideias e soluções.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Estudo mostra que Pará pode receber até R\$ 2,2 bi em compensações ambientais. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 05/02/2013

Investimentos em empreendimentos que têm sido vistos por grupos ambientalistas e movimentos sociais como uma ameaça para a Amazônia podem ser, também, uma oportunidade. O Pará tem potencial para gerar recursos entre R\$ 720 milhões a R\$ 2,2 bilhões e investir na estruturação de suas unidades de conservação, barrando o desmatamento e preservando a biodiversidade. Essa estimativa leva em conta a receita da compensação ambiental pelo impacto de obras em seu território.

Nem todo este recurso seria arrecadado pelo Estado - apenas o correspondente às obras licenciadas pelo governo estadual. A compensação ambiental da usina de Belo Monte, por exemplo, corresponde ao governo federal, porque a obra foi licenciada pelo Ibama. "De qualquer modo é uma bela soma de recursos que pode ser usada para estruturar as unidades de conservação paraenses", diz Adalberto Veríssimo, um dos autores do estudo "Compensação Ambiental: oportunidade para a consolidação de unidades de conservação no Pará".

O diagnóstico foi feito por pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o Imazon, espécie de think-tank baseado em Belém, que analisa opções de desenvolvimento para a Amazônia. O estudo indica que o Pará receberá ou já recebeu investimentos de R\$ 140 bilhões entre os anos 2000 e 2014, levando em conta obras já licenciadas, como hidrelétricas, estradas, empreendimentos de mineração e outros projetos de infraestrutura.

O cálculo de arrecadação dos pesquisadores do Imazon levou em conta uma alíquota de 0,5% do valor do empreendimento (o que geraria uma receita de R\$ 720 milhões) a título de compensação ambiental. No outro extremo do cálculo está a receita gerada se a alíquota fosse de 1,5% (os R\$ 2,2 bilhões). Desse total, cerca de 39% iriam para o governo do Estado e para as unidades de conservação estaduais. À União caberia 61%.

A compensação ambiental foi proposta em 1987 por uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), prevendo que empresas responsáveis por grandes obras financiassem a implantação de unidades de conservação para reparar os danos ambientais que o empreendimento produziria na região. A partir daí teve trajetória controversa. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade foi movida em 2008

em contestação à compensação ambiental. O Supremo Tribunal Federal reconheceu sua constitucionalidade. O limite mínimo de 0,5% do valor da obra foi eliminado. Um decreto federal fixou o valor máximo de cobrança em 0,5%. Atualmente, alguns Estados têm adotado valores diferentes. No Pará, o percentual varia de 0% a 2,0%. Os pesquisadores do Imazon decidiram analisar alíquotas de 0,5% a 1,5%.

Pela lei, esses recursos têm de ser aplicados nas unidades de conservação. Mantê-las e tirá-las do papel pode ser tarefa gigantesca. O Pará tem 67 unidades de conservação, somando 41,7 milhões de hectares, quase 1/3 do território do Estado, ou a área do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro juntos. Desse total, mais da metade (21,3 milhões de hectares) são unidades de conservação estaduais. "Como mantê-las financeiramente?" pergunta Veríssimo. "É difícil para o poder público comprar um barco e equipar uma unidade de conservação em São Paulo, imagine em uma unidade remota da Amazônia". A receita gerada pela compensação ambiental, se bem administrada, pode dar vida e equipar, finalmente, as unidades de conservação na Amazônia.

O Pará pode ter um dos maiores fundos de compensação ambiental do país. O importante, aconselham os pesquisadores do Imazon, é que ele seja bem estruturado "para que os recursos cheguem na ponta, na unidade de conservação." O estudo analisou como funcionam fundos em outros Estados. No Rio de Janeiro a Secretaria de Meio Ambiente fez uma parceria com o Funbio, uma organização sem fins lucrativos, que administra os recursos e presta contas. No caso do Pará, o estudo recomenda que se crie um fundo exclusivo para a gestão desses recursos.

Fabricante é alvo de investigação chinesa. Stella Fontes e Assis Moreira – Valor Econômico. 07/02/2013

O Ministério do Comércio da China (Mofcom, sigla em inglês) anunciou ontem a abertura de uma investigação antidumping referente a um tipo específico de celulose, a chamada "celulose solúvel", que tem como alvo produtores que exportam a matéria-prima ao mercado chinês a partir dos Estados Unidos, Canadá e Brasil. No país, o processo envolve a Bahia Specialty Cellulose (BSC).

A informação sobre a ação foi publicada ontem no site do Ministério do Comércio. Na nota, o Mofcom foi econômico e não deu detalhes ou alvos específicos do processo de investigação. Agências internacionais replicaram a notícia e houve quem apontasse que a ação pode se arrastar até 2014. O **Valor** apurou que o ministério tem como alvo quatro produtores que exportam a matéria-prima para a China: além da brasileira BSC, as americanas Buckeye Technologies e Rayonier, e as canadenses Tembec e Fortress Specialty Cellulose.

Utilizada na indústria têxtil e de alimentos, entre outros, a celulose solúvel é produzida na América Latina por uma única empresa, a BSC, instalada no Complexo de Camaçari e controlada pela Sateri Holdings, do conglomerado do magnata indonésio Sukanto Tanoto.

A BSC informou, por meio da assessoria de imprensa, que "tomou conhecimento muito recentemente da existência de um protocolo de abertura de investigação registrado pelo

Ministério do Comércio da China, mas ainda está colhendo informações sobre o assunto." Por isso, não quis se pronunciar sobre o assunto. A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) também informou que não falaria sobre o tema.

Segundo uma fonte do setor, em 2011 o Brasil foi a principal origem da celulose solúvel importada pela China, com 260,3 mil toneladas das quase 950 mil toneladas importadas pelos chineses. Em seguida, aparece o Canadá, com 227 mil toneladas.

Os volumes não são relevantes, se considerado o tamanho do mercado mundial de celulose de mercado (produzida para venda a terceiros) e o consumo anual chinês de todos os tipos de celulose, estimado em 20 milhões de toneladas. Além disso, a investigação não deve trazer grandes impactos ao setor brasileiro, já que a grande especialidade dos produtores locais é outro tipo de fibra, a celulose branqueada de eucalipto.

Ainda assim, a iniciativa pode acender, mais uma vez, a luz amarela nas relações entre a indústria nacional de celulose e papel e a chinesa. Há mais de um ano, a indústria papelreira daquele país, na qual se destacam gigantes como APP e April, informou que estava preparando uma acusação de dumping contra fábricas do Brasil, como retaliação às iniciativas do governo brasileiro relativas à importação de papel, como aumento da alíquota e licença prévia.

No caso da celulose de eucalipto, especialidade da Fibria, Suzano Papel e Eldorado Brasil, segue em análise o pedido de investigação.

Em 2011, a capacidade instalada global de celulose solúvel era de 5,4 milhões de toneladas, concentradas na América do Norte, África do Sul, China e Brasil. Na época, o preço no mercado à vista chegava a US\$ 3 mil a tonelada - bem acima dos preços de referência da celulose de eucalipto -, em razão da forte demanda asiática, de problemas na colheita do algodão e da alta nos preços de outras matérias-primas da indústria têxtil, farmacêutica e de produtos de uso pessoal. Mas, diante da conversão de diversas linhas de celulose para a produção de fibra solúvel, os preços tiveram um recuo significativo.

O Mofcom disse que examinará dumping e margem de dumping dos produtos, assim como a extensão de suposto prejuízo à indústria local, para em seguida tomar uma decisão. A investigação pode conduzir a imposição de sobretaxa na entrada do produto no mercado chinês, se comprovados preços deslealmente baixos.

Novas regras para as multas ambientais. Louise Bosschart e Marina Galvani – Valor Econômico. 08/02/2013

A Lei Federal nº 9.605, editada em 1998, denominada popularmente de "Lei dos Crimes Ambientais", representou um grande avanço na área ambiental ao dispor acerca das sanções administrativas e penais aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. O Decreto Federal nº 6.514, promulgado dez anos depois, em 2008, que especificou as penalidades cabíveis para cada tipo de infração ambiental, estabelecendo sanções pecuniárias que variam entre o mínimo de R\$ 50,00 e o máximo de R\$ 50 milhões foi mais um avanço significativo na área.

A par disso, o fato é que o Decreto nº 6.514, de 2008, assim como as demais regulações que se seguiram sobre o tema, para a grande maioria das infrações previstas, se ressentia de critérios e parâmetros objetivos, que viabilizassem a quantificação do valor das sanções pecuniárias a serem aplicadas nos casos concretos. Em outras palavras, a legislação até então em vigor não dispunha de mecanismos que nortegassem a fixação do valor das multas entre o valor mínimo e o máximo previsto em lei.

Consequência direta dessa lacuna na legislação é a alta discricionariedade até então empregada na fixação dos valores das multas, a acarretar, não raras às vezes, penalidades extremamente altas, sem justa e motivada fundamentação e, sobretudo, desproporcionais ao alegado dano e a capacidade econômica do infrator. Consequência ainda dessa inexistência de critérios objetivos é a ausência de segurança jurídica e a dificuldade de defesa, em violação aos princípios norteadores da administração pública, como o da legalidade e da motivação.

Em 13 de dezembro de 2012, com o intuito de sanar essa lacuna, foi publicada a Instrução Normativa Ibama nº 10, em vigor desde 1º de janeiro deste ano, estabelecendo, dentre outras questões, critérios objetivos de quantificação das sanções pecuniárias administrativas. Nos termos da referida instrução, as sanções pecuniárias serão quantificadas tomando-se em conta os critérios da gravidade da infração e da capacidade econômica do infrator.

As sanções serão quantificadas por critérios da gravidade da infração

A gravidade da infração é definida segundo três fatores. Primeiramente, toma-se em conta a motivação da conduta, se intencional ou decorrente de omissão ou negligência. Em segundo lugar, verificam-se os efeitos gerados ao meio ambiente, se apenas potenciais, reversíveis ou irreversíveis. Finalmente, verificam-se os efeitos para a saúde pública, se inexistentes, potenciais, reversíveis ou irreversíveis. Esses critérios, quantificados segundo uma tabela, determinam o nível de gravidade da infração, que são então combinados à capacidade econômica do infrator. Feito isso, chega-se à quantificação do valor da sanção pecuniária devida no caso concreto.

Nos casos de pessoa jurídica de direito privado, a capacidade econômica do infrator será apurada de acordo com o porte da empresa, observada a seguinte classificação: microempresa e empresa de pequeno porte; empresa de médio porte, aí entendida a empresa com receita bruta anual superior a R\$ 3,6 milhões e igual ou inferior a R\$ 12 milhões; e empresa de grande porte, com receita bruta anual superior a R\$ 12 milhões

Além de fixar esses critérios objetivos, atrelados à gravidade da infração e à capacidade econômica do infrator, a instrução normativa ainda estabelece percentuais de redução ou majoração das sanções pecuniárias diante da existência de eventuais atenuantes ou agravantes. Assim, tomando-se por exemplo uma situação hipotética em que o causador de um determinado dano ambiental denuncia espontaneamente a sua ocorrência às autoridades ambientais competentes e, por si só, já toma as providências necessárias para a sua reparação, o valor da multa aplicável ao caso poderá ser reduzido em até 50%. Contrariamente, identificada uma agravante, como na situação em que a infração ambiental é cometida no exercício de atividade econômica financiada por verba pública, a penalidade pode ser majorada em até 20%.

A Instrução Normativa nº 10, de 2012 certamente foi mais longe que qualquer outra regulamentação no que se refere à definição dos critérios objetivos para a fixação das sanções pecuniárias administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Essa maior objetividade era esperada e, de forma geral, parece bastante positiva, na medida em que confere maior segurança jurídica aos administrados, possibilitando a melhor compreensão e conseqüente questionamento e revisão das sanções administrativas aplicadas pelos correspondentes agentes de fiscalização.

Não se pode perder de vista, entretanto, que em algumas situações, especialmente nos casos envolvendo empresas de grande porte, os critérios objetivos de dosimetria previstos na instrução normativa tendem a resultar em sanções pecuniárias de elevado valor, próximas ao teto máximo, gerando novos tipos de distorções.

Dentro desse contexto e de forma a que a Instrução Normativa nº 10 cumpra com a sua finalidade, imprescindível que as autoridades ambientais lancem mão dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade insertos no artigo 18 da instrução normativa, readequando o valor das multas, nas situações em que se mostrem desproporcionais à gravidade da infração, a par do emprego dos critérios objetivos insertos na atual legislação.

Louise Bosschart e Marina Galvani são, respectivamente, sócia e advogada do Mattos Muriel Kestener Advogados

Uso da Agricultura de Precisão cresce no País – Site do MAPA. 14/02/2013

Meta do Ministério da Agricultura é ampliar as capacitações pelo Brasil para disseminar o uso das ferramentas e tecnologias nas lavouras e melhorar a competitividade e sustentabilidade

A ampliação do uso das tecnologias e ferramentas utilizadas na Agricultura de Precisão (AP) que podem aperfeiçoar o uso dos insumos agrícolas, reduzir os impactos ambientais da produção, aumentar a lucratividade do produtor e melhorar a gestão das propriedades é um desafio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Para disseminar essa meta, o Mapa promove diferentes atividades, entre as quais a capacitação de seus técnicos sobre a Agricultura de Precisão nas diferentes regiões do País. A intenção é que um número cada vez maior de agricultores utilizem as ferramentas da AP para melhorar a gestão de sua unidade produtiva e ganhar em competitividade e sustentabilidade.

Hoje, a AP é uma ferramenta bastante utilizada pelos produtores brasileiros e vem crescendo na mesma proporção da produção. Com a intenção de orientar os pequenos e médios agricultores sobre as vantagens do uso da AP, o Ministério e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) firmarão convênio para a realização de cursos de capacitação em gestão da propriedade em AP ao longo deste ano, em diferentes regiões do País. O objetivo é mostrar o que é a Agricultura de Precisão, a sua importância para o produtor, além das vantagens econômicas para quem produz.

“Será uma parceria importante que nos possibilitará mostrar a Agricultura de Precisão e como a utilização dessas tecnologias e ferramentas podem aperfeiçoar a produção, por

meio do uso racional de insumos, reduzindo impactos ambientais. Mostraremos as vantagens, como o aumento da competitividade do produtor e a melhora na gestão das propriedades”, destacou o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Mapa, Caio Rocha.

O Rio Grande do Sul está entre os estados brasileiros onde a AP mais avançou e um exemplo bem sucedido disso é o projeto Aquarius – que incentiva as cooperativas e produtores a utilizarem as técnicas da Agricultura de Precisão. Ao adquirir os equipamentos e oferecer ao associado, a cooperativa torna viável a utilização para os pequenos e médios produtores. O projeto é uma parceria entre a UFSM, a Cooperativa Cotrijal, a prefeitura de Não-Me-Toque, além de empresas públicas e privadas. Todos com o objetivo de desenvolver e fomentar o ciclo completo da Agricultura de Precisão.

Governo define estratégia nacional para reduzir emissões por desmatamento – Site do MMA. 15/02/2013

O governo federal deve concluir, até o fim do ano, a estratégia nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). A medida tem o objetivo de incentivar projetos e ações de proteção da Floresta Amazônica, como forma de conter a liberação de gases de efeito estufa. A expectativa é que a construção dos aspectos relacionados ao tema esteja definida a tempo da Conferência das Partes (COP) de Mudanças Climáticas, marcada para o fim de novembro, em Varsóvia, capital da Polônia.

A previsão é realizar uma consulta pública aos envolvidos no assunto e concentrar os esforços do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na finalização de procedimentos legais que garantirão a adoção de novos projetos de preservação da Amazônia. O diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento, Francisco Oliveira, explica que a estratégia será fundamental para as negociações internacionais. “Este é o ano em que vamos fazer a diferença para chegar à próxima COP com uma posição forte”, afirma.

RECORDE

Entre as principais iniciativas do MMA voltadas para o combate à devastação florestal, está o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Com a instituição do programa, o Brasil alcançou, no ano passado, taxa recorde de redução do desflorestamento do bioma. Entre agosto de 2011 e julho de 2012, o país registrou queda de 27% da degradação da Amazônia.

Instituído em 2004, o PPCDAm é dividido em três eixos: ordenamento territorial, monitoramento e fomento a atividades sustentáveis. De acordo com Francisco Oliveira, o plano se encontra na terceira fase, em que a fiscalização e o acompanhamento por imagens de satélite ocorrem ininterruptamente. “É preciso levar a população a uma mudança de comportamento”, alerta.

O caminho para conter a destruição da Amazônia e evitar as emissões de gases de efeito estufa, segundo o diretor, é aliar o comando e o controle com o incentivo a ações sustentáveis, como os projetos de REDD+. “Serão feitas parcerias para implantar o

Cadastro Ambiental Rural (CAR). Isso representará um marco e ajudará a catalisar o processo”, acrescenta.

Orgânicos crescem com diferenciação – Folha de São Paulo. 17/02/2013

Deixar de produzir commodity e oferecer alimentos diferenciados, com valor agregado. Esse é o caminho para o pequeno produtor rural se destacar entre os grandes, diz Enio Queijada, gerente de agronegócios do Sebrae.

"Como o preço das matérias-primas é dado pelo mercado externo, a escala é muito importante", diz. "O pequeno agricultor deve procurar canais de venda que pagam melhor e conseguir um preço diferenciado."

A aposta na diferenciação fez a Cia Orgânica, distribuidora de café orgânico de São Paulo, crescer rapidamente. O negócio começou em 2002, com uma fazenda em Ribeirão Claro (PR) que produzia cerca de 50 sacas de café orgânico por ano.

Cresceu até atingir 300 sacas anuais em 2008, quando começou a comprar de outras propriedades em Mogiana (SP) para responder ao crescimento da demanda no varejo. "Decidimos estender a marca para outras fazendas e estimulamos novos parceiros na produção orgânica", diz Thiago Fontoura Filho, sócio diretor da empresa.

Hoje, a Cia Orgânica é responsável pela distribuição de 700 sacas de café orgânico, que recebe de cinco fazendas.

A expansão ocorreu também no varejo. Além de empórios e restaurantes especializados, a empresa fornece para grandes redes de supermercados, incluindo o Pão de Açúcar - nesse caso, como fornecedor exclusivo da marca própria Taeq.

"A adesão das redes de supermercados aos produtos orgânicos nos possibilitou alcançar escala, que é fundamental para qualquer empresa", afirma Fontoura Filho.

MIGRAÇÃO

Voltada ao cultivo de verduras, legumes e frutas, a Cultivar Orgânicos, de São Roque (SP), também cresceu apostando na diferenciação.

"Percebi, em uma feira nos EUA no final dos anos 90, que o mercado de orgânicos era emergente e que era possível produzir em escala comercial", diz Cristiano Psillaris, sócio diretor da empresa.

O agrônomo decidiu, então, abandonar a agricultura convencional e partir para a orgânica. Com um faturamento anual em torno de R\$ 6 milhões, a Cultivar leva os seus produtos para São Paulo, Rio e Minas Gerais.

Para atender à demanda, conta com aproximadamente cem agricultores parceiros no interior de São Paulo. Segundo Psillaris, a parceria foi fundamental para o sucesso. "Ninguém faz nada sozinho", afirma o empresário.

Código Florestal: Quatro Marcos e Campo Novo abrem hoje ciclo de seminários – Site da CNA. 18/02/2013

Os novos desafios do produtor rural perante as regras impostas pelo Código Florestal Brasileiro recém aprovado (Lei 12.651/12) será a discussão que norteará a palestra do Especialista em Legislação Ambiental, Rodrigo Justus, programada para ocorrer durante o "Seminário Novo Código Florestal – O impacto para o produtor rural", realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (SENAR-MT) em parceria com os Sindicatos Rurais e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (FAMATO).

O ciclo de nove eventos começa nesta segunda-feira (18.02), com o seminário no município de São José dos Quatro Marcos (314 km de Cuiabá), às 09h00, na sede do Sindicato Rural e a noite, às 19h00, no salão da Multifestas, em Campo Novo do Parecis (396 km da Capital). "Vamos fazer uma comparação sobre a situação da área rural com a vigência do antigo Código Florestal e agora. Debateremos como o produtor rural deve proceder com as novas regras", explica Justus, que também é consultor jurídico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e do Setor Florestal.

Entre as mudanças trazidas com o Novo Código Florestal o especialista aponta: o uso racional do solo e da água como requisito à consolidação de uso em Áreas de Preservação Permanente (APP's), criação do Cadastro Ambiental Rural Federal (CAR) e dos Programas de Regularização Ambiental (PRA's). "Estes programas associados ao CAR, possibilitarão a regularização ambiental de todas as propriedades rurais, caso contrário eles correm risco de não poderem operar crédito rural", alerta Justus.

Os organizadores do seminário estão com grande expectativa para o evento. "Esse é um tema importantíssimo não só para os produtores rurais como para a sociedade em geral", avaliou o presidente do Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis, Alex Utida, que recepciona os participantes do seminário na noite de segunda-feira. "Os produtores estão fazendo o seu papel, conhecendo a legislação para se adequarem às novas regras, entretanto isso precisa ser seguido pelos órgãos competentes, para que não sofram com a ineficiência", criticou Utida.

Amanhã (19), o seminário acontece pela manhã, na sede do Senai, em Juína (740 km de Cuiabá) e a noite no Centro de Eventos, em Colíder (a 700 km). Toda a programação do evento se encontra no final do texto.

Em Sinop, o evento ocorrerá dentro da programação do "Dia de Campo", realizado pela Embrapa e Famato, na sede da Embrapa Agrossilvipastoril, os interessados podem fazer a inscrição no local. Nos demais eventos, é preciso garantir a participação, pelo site www.senarmt.org.br, onde é possível saber mais sobre o Seminário "Novo Código Florestal – O impacto para o produtor rural".

Guarani Kaiowá de 15 anos é assassinado com tiro na cabeça. Ruy Sposati – Cimi / Site do MST. 19/02/2013

O Kaiowá Denilson Barbosa, de 15 anos, morador da aldeia Tey'ikue, foi encontrado

morto no domingo, 17, no município de Caarapó (MS), em uma estrada vicinal a sete quilômetros do perímetro urbano da cidade, com um tiro na cabeça. Segundo relatos de testemunhas, Denilson e outros dois indígenas estavam indo pescar no sábado, 16, quando foram abordados por três pistoleiros ligados ao proprietário e arrendatário de uma fazenda vizinha à terra indígena de Caarapó, onde foi criada uma reserva no início do século XX.

Os indígenas correram dos homens armados, mas Denilson acabou apreendido pelos pistoleiros e assassinado - segundo as testemunhas, além do tiro confirmado pela perícia criminal da Polícia Civil de Caarapó, o jovem Kaiowá levou mais um tiro na cabeça e outro no pescoço. Por questões de segurança, os nomes das testemunhas serão omitidos nesta reportagem.

Revoltados, familiares e moradores da aldeia enterraram o corpo de Denilson na fazenda onde ocorreu o assassinato, arrendada para a criação de gado e o monocultivo de soja. A comunidade também planeja realizar uma série de protestos para denunciar a ação violenta. Conforme o relato dos indígenas sobreviventes e as características da morte, os indícios apontam para execução.

Denilson, uma criança de 11 anos e outro indígena saíram no final de sábado para pescar no córrego Mbope'i, cuja nascente fica dentro da terra indígena, e que cruza fazendas do entorno. Quando se aproximaram de um criadouro de peixes, foram abordados por três homens armados. Os sobreviventes identificam os três indivíduos - entre eles, um paraguaio - como 'funcionários' de um arrendatário da fazenda.

Os três homens atiraram contra os indígenas, que saíram em fuga do local. Dois deles conseguiram se esconder. Denilson caiu e ficou preso no arame farpado de uma cerca. Os três homens, então, o pegaram e passaram a desferir coronhadas na cabeça e no estômago do Kaiowá, mandando que ele se levantasse. Segundo os sobreviventes, quando se pôs de pé, Denilson foi alvejado com três tiros: dois na cabeça e um no pescoço.

Fazenda evacuada

Os dois sobreviventes, ainda escondidos, viram, na sequência, os homens colocarem o corpo de Denilson na caçamba de uma caminhonete. Após a saída do veículo, os indígenas voltaram à aldeia para relatar o ocorrido à família. Impactado pela notícia, o pai de Denilson decidiu ir até a fazenda procurar o filho. Ao chegar ao local, conforme relatou, o pai do jovem assassinado não encontrou ninguém. A fazenda fora evacuada.

O corpo de Denilson foi encontrado por um caminhoneiro - segundo os indígenas, também funcionário de outra fazenda da região - que circulava pela vicinal, próxima à reserva, por volta das 5 da manhã de domingo, 17. Os indígenas acreditam que, após o assassinato, os pistoleiros desovaram o corpo de Denilson em uma estrada longe da fazenda, num entroncamento conhecido como "Pé de Galinha".

Segundo a perícia criminal da Polícia Civil, Denilson foi encontrado com um tiro abaixo do ouvido. O laudo cadavérico do Instituto Médico Legal (IML), contudo, ainda não foi concluído. A Polícia já iniciou as investigações, mas não quis dar detalhes sobre o caso.

Segundo relatos, essa não foi a primeira vez que jagunços ligados ao fazendeiro atiraram contra os indígenas. Também, o problema da pesca é recorrente entre os Guarani e Kaiowá da Terra Indígena de Caarapó, onde vivem confinadas aproximadamente cinco mil pessoas em 3594 hectares de terra. Desde a criação do território indígena pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1924, os indígenas precisam pescar fora da área reservada, onde só há nascentes de córregos, mas não há peixes, sofrendo pressões e ataques de fazendeiros.

As reservas são áreas de confinamento - e depois da Constituição de 1988 uma categoria de terra indígena - criado pelo SPI durante o processo de espoliação dos Guarani e Kaiowá em decorrência da colonização do então Estado do Mato Grosso. O confinamento é apontado por especialistas como uma das principais causas dos suicídios e, conseqüentemente, da luta pela terra de ocupação tradicional travada pelos indígenas desde o início da segunda metade do século XX.

Movimentos sociais realizam ato contra Belo Monte em Belém do Pará – Site do MST. 19/02/2013

Movimentos sociais e diversas entidades realizam um ato público contra a usina de Belo Monte, nesta quinta-feira (21), a partir das 8hrs, em Belém, no Pará.

O ato acontece em frente ao prédio do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), sede de recrutamento de operários para trabalhar na construção da usina.

As entidades denunciam e protestam contra as violações de direitos humanos causado pelos grandes projetos, assim como o de Belo Monte, tendo como foco principal o tráfico humano e a violência contra a mulher.

No mesmo dia, uma comissão irá ao Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) para reforçar que é este o órgão competente e responsável por investigar crimes de tráfico humano e de trabalho escravo.

As entidades que participam do ato são: MST, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Comitê Metropolitano Xingu Vivo, Coletivo Marias, Conselho Indigenista Missionário (CIMI Norte II), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coletivo Vamos à Luta, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento Mulheres em Luta (MML), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST/PSOL), Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém (STICMB/PA), FMAP, Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Contra Ponto/APS, Sodireitos, Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDCA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão Crianças e Adolescentes e Ocupa.

Em busca de novas florestas – O Globo. 19/02/2013

Indústrias do Rio consumiram 3,6 milhões de metros cúbicos de madeira em 2012. Apenas 11% vindos de florestas do próprio estado. Falta de planejamento pode levar a apagão

Para dar impulso à atividade industrial, o Rio de Janeiro está se tornando um dos principais consumidores de árvores retiradas de florestas do país. Em 2012, as indústrias fluminenses consumiram aproximadamente 3,6 milhões de metros cúbicos (m³) de madeira. Na prática, significa que mais de dez milhões de árvores, de florestas plantadas ou nativas, foram cortadas para alimentar o setor. Cerca de 90% têm origem fora do estado, dependente de outras localidades do país para tapar o buraco da indústria interna de silvicultura, que ainda arrasta números insignificantes. O mais alarmante é que, desse total, 29% da madeira tiveram um destino nada nobre: foram parar direto nos fornos de empresas, queimadas como combustível.

Os dados são de um estudo inédito da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) que será divulgado nos próximos dias. A pesquisa embute um alerta: o Rio precisa ampliar o plantio de florestas para não pressionar matas nativas de outros estados, ou enfrentar um apagão de madeira.

O insumo é recurso essencial em vários ramos industriais do estado. A lenha, usada para gerar energia nos fornos, ocupa o primeiro lugar disparado no ranking, respondendo por 2,2% do consumo nacional voltado para a queima de madeira. Em segundo lugar, vem a construção civil, impulsionada pela proliferação de novos empreendimentos públicos e privados. Para se ter uma ideia da importância do setor, embora em números totais o uso do compensado seja menor do que o de lenha no estado, ele representa 27% do consumo nacional.

Partindo do princípio de que a madeira é um recurso renovável, os dados podem não ser dos piores. Mas sem planejamento, não há renovação, como ressaltou o diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani: — O estado e as empresas não estão pensando a longo prazo. Ainda se planta muito menos do que se corta das florestas.

Para Mantovani, o primeiro passo é o governo e as empresas admitirem que dependem da conservação das florestas para manter a economia de pé. Se o Rio de Janeiro precisa de madeira como combustível para suas indústrias, há também muitos outros setores lucrando com a floresta de pé. Segundo cálculos da Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o principal retorno econômico das florestas no país ainda é a madeira. De acordo com o órgão, entre 2003 e 2007, a receita do setor girou em torno de US\$ 100 bilhões anuais.

Mas a fonte pode secar, se não houver planejamento. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no mesmo período citado pela FAO, de 2003 a 2007, 98.119 mil quilômetros quadrados (km²) foram desmatados na Amazônia Legal. Os dados vêm caindo ano a ano, mas ainda são preocupantes. Em 2012, o desmatamento alcançou 4.656 km². E não há dados sobre a reposição florestal, faltam informações gerais tanto no Rio como no país como um todo.

‘Floresta é bom negócio’

Mas, afinal, a madeira não tem o rótulo de recurso renovável? Teoricamente, sim. Mas a natureza não dá conta de se recompor sozinha no mesmo ritmo que o homem a degrada. Para haver equilíbrio, é necessário administrar, ou, no linguajar de técnicos florestais,

“manejar a floresta”. Sem planos de manejo, que respeitem o ciclo de crescimento das árvores, e investimento em florestas plantadas, a retirada de madeira se torna uma atividade puramente predatória.

Como a produção industrial do Rio de Janeiro é dependente da madeira vinda de outros estados — o que significa mais uma fonte de pressão sobre a Floresta Amazônica —, o estudo da Firjan propõe que, para reduzir o abismo entre a oferta de madeira e demanda de mercado desse recurso, é necessário que o estado fomente o plantio de árvores. Não é à toa que o coordenador do grupo executivo de Agroindústria da Firjan, Antônio Salazar, diz que “plantar pode ser um bom negócio”.

— Ter uma floresta é muito mais lucrativo do que ter um pasto não controlado. E se donos de terras no Rio venderem madeira, a oferta estará mais próxima das indústrias. Facilita o controle da origem da madeira, tira o incentivo de o sujeito comprar de onde não deve. Reduz a pressão sobre a floresta nativa — disse Salazar, afirmando, porém, que a madeira usada pelas indústrias do Rio é documentada. — As empresas mapeadas pelo estudo declararam que têm o Documento de Origem Florestal (DOF), mas sabemos que ainda é difícil garantir a origem da madeira no estado e também no país.

Uma pesquisa recente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e usada como base pela Firjan, apontou que existem apenas cerca de 18 mil hectares de florestas plantadas — com eucaliptos — no estado. O dado é reforçado pelo Anuário Estatístico da Associação de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), segundo o qual o Rio de Janeiro responde por apenas 0,2% dos plantios para o uso econômico no país.

Há, por outro lado, segundo o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 685 mil hectares de áreas com pastagens degradadas no estado. Essas são apontadas como áreas potenciais para o desenvolvimento da silvicultura na região, não só pela Firjan, como também pela própria Secretaria estadual de Agricultura e Pecuária. O secretário, Christino Áureo sai em defesa do setor: — Há quem critique a silvicultura, chamando-a de monocultura. Mas, nas áreas degradadas do Rio, a monocultura que existe hoje é do sapê (uma gramínea mal aceita pelo gado como alimento). O que é melhor, o sapê, ou uma floresta de eucalipto bem manejada? Temos que encarar que a demanda existe, e que, sem florestas plantadas, fomenta-se o desmatamento irregular.

Proposta flexibiliza legislação

Ainda segundo o secretário, uma proposta recém encaminhada para o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) propõe a criação de distritos florestais. A ideia é mudar uma exigência atual, segundo a qual toda propriedade com mais de 200 hectares no estado é obrigada a fazer um Estudo de Impacto Ambiental (Eia) — o que é caro para alguns produtores, sobretudo os pequenos e médios. Com os distritos, um único Eia poderia valer como base para um território maior, o que aceleraria o licenciamento de novos plantios.

Mas, se os Eias passarem a abranger áreas maiores, o levantamento será menos detalhado. A proposta desagrada uma corrente de especialistas, que teme impactos na biodiversidade. Embora o eucalipto seja uma das espécies com maior potencial de gerar matéria-prima para a indústria, por conta do seu rápido crescimento — uma árvore

pode ficar madura em média em sete anos, enquanto uma espécie nativa leva, no mínimo, 15 anos —, ele demanda grande quantidade de água do solo e, por ser uma monocultura, não tem a mesma riqueza de uma floresta nativa.

O físico Alexandre Uhlig, consultor da Agência Internacional de Energia (IEA), faz um alerta. Ele concorda com o incentivo à silvicultura, já que os ciclos de café e gado no Rio de Janeiro acabaram deixando como herança grandes áreas degradadas. Mas, para o pesquisador, é necessário estudar toda a cadeia produtiva, desde a plantação das mudas até a comercialização, a fim de descobrir se o investimento no segmento trará benefícios, não apenas econômicos, como também ambientais e sociais.

— A indústria da silvicultura não gera tantos empregos e a remuneração do setor também não é tão alta. A alternativa pode ser boa, mas é preciso aprofundar os estudos sobre isso, pensar não apenas no meio ambiente. E as políticas públicas precisam andar juntas.

Para Uhlig, a autossuficiência nem sempre é o melhor caminho. É preciso, por exemplo, levar em conta que estados próximos ao Rio já têm uma produção estruturada de silvicultura. Além disso, o investimento em florestas de eucaliptos é de longo prazo. O retorno só começa a aparecer no mínimo sete anos após a colocação da primeira leva de mudas, quando a árvore já está madura para o corte.

Madeira nativa vem do Norte Os principais fornecedores de madeira oriunda de floresta plantada para o Rio de Janeiro são os estados vizinhos. Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo entram na rota. Já a madeira nativa, que segundo o estudo da Firjan representa 13% do total, vêm, principalmente, do Norte do país, da Floresta Amazônica, com destaque para Mato Grosso e Pará.

A maior parte dessa madeira entra no estado em formato de lenha e é levada aos polos industriais, como o de cerâmicas, em Itaboraí, na região Leste Fluminense. Um dos destinos é a cerâmica Santa Izabel, que utiliza cerca de mil metros cúbicos (m³) de cavaco (restos de madeira), vindos da Bahia, nos seus fornos, segundo o proprietário da fábrica, Edézio Menon. Como a maior parte das olarias, a Santa Izabel parou de usar madeira nativa há cerca de 20 anos — quando começaram a ser cobradas pelo impacto na floresta. A empresa passou a comprar resíduos descartados pelas siderúrgicas do entorno, que compram madeira em formato de carvão vegetal, para geração de energia.

— Seria interessante que houvesse plantio no Rio de Janeiro, compraríamos mais perto. Mas, claro, só se o custo não for mais alto — admite Menon.

Antes da madeira, o combustível usado pela Santa Izabel era óleo. A troca por uma matriz renovável rendeu à cerâmica a entrada em um projeto de geração de créditos de carbono, que reúne 11 olarias do Estado do Rio. Como a queima de lenha emite menor quantidade de gases de efeito estufa, as empresas vendem créditos no mercado de carbono, para empresas emissoras.

De acordo com a Sustainable Carbon, empresa internacional que faz a gestão dos projetos, ao longo de dez anos foram geradas cerca de um milhão de toneladas de créditos de carbono. Como a única medida dessa recompensa é redução das emissões, o

impacto gerado pela retirada da madeira da floresta não entra nessa conta. Até porque, em tese, toda a madeira usada é legalizada.

Cadeia não é monitorada Segundo o presidente do Sindicato de Cerâmica do Sul Fluminense, Henrique Nora, dono da cerâmica Vargem Alegre, em Pinheiral, como a oferta de madeira de floresta plantada ainda é pequena, é também cara. Por isso, maior parte da madeira usada pelas empresas é de resíduos das siderúrgicas. Sobre esses últimos, porém, as olarias não fazem monitoramento da origem.

— Não sabemos de onde as siderúrgicas compram, mas com toda certeza deve ser de floresta plantada. E, quando compramos de floresta de eucalipto, vem com nota fiscal — afirmou Menon — Esse rastreamento não é responsabilidade nossa, só queremos que tudo tenha documento.

Para garantir a origem da madeira usada nos fornos, há indústrias que optaram por tomar conta de todo o processo. É o caso da Quimvale Indústria Química, na cidade de Piraí. Como a empresa possuía um terreno degradado no mesmo município, resolveu plantar uma floresta de eucalipto para abastecer os próprios fornos. Surgiu assim a Quimvale Florestal. Hoje, cada árvore cortada dos 450 hectares cobertos de eucaliptos têm como destino o braço químico da companhia, que tem como principal produto o carbonato de cálcio, matéria-prima de objetos que vão desde pastas de dente e tintas até sandálias.

Pilhas de toras de madeira são transportadas em caminhões, para dar conta dos quatro mil m³ de lenha usados nos fornos da empresa por mês. Segundo o diretor da Quimvale, Francisco Muniz, a combinação entre indústria e plantio de florestas é a alternativa mais econômica, e uma segurança de que a madeira usada têm origem legal.

— Até que haja outra alternativa economicamente viável, melhor pensar em como reduzir os impactos.

Frente Parlamentar de Agroecologia em São Paulo será lançada em março. Rafael Nunes – Site do MST. 20/02/2013

Após meses de mobilização, a Frente Parlamentar de Agroecologia e Defesa da Cultura Orgânica no Estado de São Paulo, idealizada pelo mandato da deputada estadual Ana do Carmo (PT), já tem data para ser oficializada. O lançamento da frente foi marcado nesta terça-feira (19), durante reunião do grupo que debate a mobilização pela agricultura orgânica no Estado. No dia 26 de março, na Assembleia Legislativa, deputados e entidades ligadas ao tema darão o pontapé inicial da frente.

A data será marcada pelo ato “Ocupação Agroecologia”. Ao longo do dia, serão apresentados todos os movimentos e grupos ligados aos orgânicos em São Paulo. “Vai ser um grande painel demonstrativo do potencial desse setor em São Paulo, com a presença de professores, ONGs, sindicatos e entes que trabalham com a agricultura orgânica. Todos vão apresentar e debater essa temática”, afirmou Gustavo Cherubini, coordenador de Meio Ambiente do mandato da deputada Ana do Carmo e articulador da frente.

Após a reunião realizada no plenário Dom Pedro I, na Assembleia, a deputada Ana do Carmo voltou a pedir a conscientização do Governo do Estado pelo apoio a produtores orgânicos. “O mais importante dessa Frente é fazer com que o governo entenda como é fundamental ter essa política para a população paulista. O produto orgânico pode até ser mais caro, mas é aí que entra o nosso papel, de cobrar do Governo do Estado o incentivo para que essas produções tenham um custo menor e a população passe a ter uma alimentação muito mais saudável”, disse.

No próximo dia 27 o grupo volta a se reunir para dar prosseguimento à elaboração do regimento da Frente Parlamentar. Além de Ana, a frente conta com a articulação do deputado Aldo Demarchi (DEM) Simão Pedro (ex-deputado estadual e atual secretário de Serviços da Prefeitura de São Paulo) e do vereador paulistano Nabil Bonduki.

Agenda

Após a segunda reunião do grupo que debate a instalação da Frente Parlamentar da Agroecologia na Assembleia Legislativa, a deputada estadual Ana do Carmo se reuniu com técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Ambos órgãos apresentaram à deputada, principal articuladora da implantação da Frente Parlamentar e da discussão de uma política de orgânicos no Estado de São Paulo, a possibilidade de reunir prefeitos e deputados para uma audiência como o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho.

“É uma chance de trazermos informações para os prefeitos e quem sabe dar suporte para políticas municipais de agricultura familiar e orgânica“, afirmou Marcelo Silvestre Lauriano, coordenador da Comissão de Produção Orgânica de São Paulo, ligada ao ministério.

Vale Cultura

A ministra da Cultura e ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, esteve na Assembleia Legislativa nesta terça-feira. Em audiência pública organizada pela bancada petista, Marta apresentou aos parlamentares da Casa o Vale Cultura, projeto que prevê a democratização do acesso à Cultura no país. “Nossa companheiro mostra nesse projeto o que o PT fez com o país, desde a primeira gestão do ex-presidente Lula. Será uma forma de dar a quem é mais pobre a possibilidade de usufruir de eventos culturais. Essa é a lógica do partido, sempre para todos”, elogiou Ana do Carmo.

Ruralistas avançam em áreas protegidas e pretendem mudar a Consituição. Bernardo Camara – Greenpeace | Site do MST. 21/02/2013

Mal terminaram de rasgar o Código Florestal, e os ruralistas já se empenham em novo ataque. A bola da vez são as áreas protegidas. As duas últimas investidas são pesadas, e pretendem mudar a Consituição brasileira. Já tramitando na Câmara, sob batuta do deputado Nelson Padovani (PSC-PR), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 237/13 permitiria abrir até 50% da área das terras indígenas aos produtores rurais.

O argumento dele? “(...) a vida financeira dos índios se deteriora cada vez mais. A miséria, as doenças, o tráfico de drogas e o consumo de álcool avançam em terras indígenas”, disse o preocupado deputado. Ele só não explicou como ou porque a chegada do agronegócio – que historicamente tem causado conflitos com os indígenas – solucionaria esses problemas.

A proposta de Padovani vem na esteira de vários outros ataques – dos poderes legislativo e executivo – às áreas protegidas. Um outro projeto que chama a atenção e causa arrepio a indigenistas e ao movimento ambientalista é a PEC 215/2000, de autoria do deputado Almir Sá (PPB/RR). Também tramitando na Câmara, a proposta quer entregar ao Congresso Nacional – o mesmo que definiu nossa legislação florestal – as decisões sobre aprovar, demarcar e ratificar as terras indígenas.

Fazendeiro confessa ter atirado Guarani-Kaiowá encontrado morto no MS. Daniele Silveira – Site do MST. 22/02/2013

Em depoimento ao delegado regional de Dourados (MS) na última terça-feira (19), o fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves confessou ter atirado no Guarani-Kaiowá, de 15 anos, Denilson Barbosa. O adolescente, morador de uma aldeia localizada em Caarapó (MS), foi encontrado baleado no último domingo (17) em uma estrada que separa a comunidade de fazendas.

Denilson e mais dois jovens saíram para pescar no sábado (16), conforme depoimento dos sobreviventes. Ao passarem próximo de um criadouro de peixes, na fazenda Sardinha, foram abordados por homens armados. Na tentativa de correr, Denilson teria caído e ficado preso no arame farpado de uma cerca. Alcançado pelos pistoleiros, o adolescente foi agredido e assassinado.

Como forma de denunciar as ações frequentes de violência cometidas contra os índios na região, os moradores da aldeia ocuparam a fazenda onde teria acontecido o crime e enterraram o corpo de Denilson. As terras da propriedade, que hoje é arrendada para a criação de gado e o monocultivo de soja, já são reivindicadas como território tradicional indígena.

Desde a criação do território indígena pelo Serviço de Proteção ao Índio, em 1924, os indígenas precisam pescar fora da área reservada devido à falta de peixes no interior da região demarcada.

Depois do Código, ruralistas miram legislação trabalhista e terras indígenas. Murilo Rodrigues Alves – Site do MST. 22/02/2013

A bancada ruralista deve concentrar sua atuação neste ano legislativo em projetos que envolvam a demarcação das terras indígenas e a definição de um novo código de trabalho rural, dois temas considerados prioritários na reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e de outras entidades ligadas ao setor agropecuário.

O objetivo do encontro de ontem em Brasília foi justamente definir essas prioridades. Segundo a FPA, 214 deputados e 14 senadores integram a bancada ruralista, o equivalente a 41,7% da Câmara e 17,3% do Senado.

A bancada agrega parlamentares que defendem os pleitos do agronegócio. Parte dos integrantes é formada por donos de terra ou empresários dos segmentos alimentar ou agroquímico, e a força de articulação do grupo ficou visível com a versão do Código Florestal aprovada no Congresso.

No que se refere às questões fundiárias, um dos projetos que serão acompanhados de perto pela bancada ruralista é a proposta de emenda à Constituição (PEC) 215/2000, do deputado Almir Sá (PPB-RR).

A FPA se posiciona favorável à proposta de retirar do Executivo a demarcação de terras indígenas e incluir como competência exclusiva do Congresso a aprovação de demarcação das terras indígenas e a confirmação das demarcações já homologadas.

O texto também estabelece que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. A proposta é polêmica e deve marcar mais um embate entre as bancadas ruralista e ambientalista, uma vez que movimentos de apoio aos indígenas, magistrados e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já se posicionaram contrários à PEC.

Essas organizações argumentam que a aprovação da proposta colocaria um fim às demarcações de áreas de proteção tanto indígenas como de quilombolas, porque elas ficariam condicionadas ao lento processo de aprovação por parte de deputados e senadores.

A bancada ruralista também deve fazer lobby para que seja aprovado um projeto de lei (PL) de Paulo Piau, ex-deputado e atualmente prefeito de Uberaba (MG), que cria um sistema de indenização a produtores rurais que tiverem suas propriedades desapropriadas por causa da demarcação de terras indígenas ou de quilombolas.

Ainda na política fundiária, os ruralistas devem combater a criação do Conselho Nacional de política Indigenista (CNPI) - que contará, se aprovado, com representantes do Executivo, dos povos e das organizações indígenas de todas as regiões do país. Quando o assunto é relações de trabalho, a FPA vai brigar pela aprovação de uma legislação específica para o trabalhador rural.

Segundo o coordenador técnico da frente, Paulo Márcio Araújo, as condições de trabalho no campo são diferentes das da cidade e, por isso, é preciso a criação de um código rural para delimitar regras mais flexíveis nas relações de trabalho do setor - que leve em conta, por exemplo, que na época de colheita, muitas vezes, trabalha-se mais do que 8 horas por dia.

Ao mesmo tempo, o lobby rural tentará barrar no Congresso todos os projetos que dispõem sobre punições aos empregadores que colocam os trabalhadores em situações análogas à escravidão. Segundo Araújo, é preciso primeiro que se defina o que é trabalho escravo.

Para ele, a portaria do Ministério do Trabalho que trata do assunto é "muito vaga". O coordenador da FPA, que trabalhou por sete anos no Ministério da agricultura e assumiu o cargo na frente em novembro, criticou exigências do Ministério do Trabalho como a distância entre as camas em um alojamento.

Ele acredita que é por esse tipo de exigência que a grande maioria dos 405 empregadores que estão na lista suja do trabalho escravo, divulgada no início deste mês pelo Ministério do Trabalho, é de contratantes localizados em áreas rurais.

Enquanto não forem definidos os critérios das condições análogas às de escravidão, a FPA é contrária à maior parte dos projetos que hoje tramitam no Congresso Nacional em relação ao tema.

A lista inclui o projeto de lei 2884/2011, do deputado Dimas Fabiano (PP-MG), que obriga prévia autorização, pela Vigilância Sanitária, para o funcionamento de alojamentos rurais. Também foi tratado como prioridade a oposição ao projeto de lei 1216/2011, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que atribui obrigações ao empregador rural em relação a segurança e saúde dos trabalhadores, como o fornecimento de equipamento individual.

A lista inclui chapéu para proteção contra sol, óculos de segurança, luvas, calçados impermeáveis e botas especiais, a depender de cada atividade. A lista das propostas que correm no Congresso considerada prioritária pelos ruralistas incluem, ainda, projetos que tratam de biocombustíveis, ambiente, política agrícola, biotecnologia, segurança, tributação, infraestrutura e defesa.

O encontro de ontem serviu para a formação de consensos. Além da FPA, participaram representantes da Confederação Nacional da agricultura (CNA), Confederação Nacional da Indústria (CNI), União Brasileira de Avicultura (Ubabef), Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e Embrapa, entre outros segmentos.

Florestas Plantadas: Câmara discute ações para 2013 – Site do MAPA. 25/02/2013

A prospecção de tecnologia agropecuária para fomentar a agricultura de precisão e ampliar a produtividade sem a expansão da área é defendida pelo Ministério da Agricultura

Para ampliar o uso da Agricultura de Precisão (AP) no País que impacta no aperfeiçoamento do uso dos insumos agrícolas, na redução dos impactos ambientais da produção, e no aumento da lucratividade do produtor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) expôs aos integrantes da Câmara Setorial de Florestas Plantadas as ações colocadas em prática em 2012, e o que pretende fazer neste ano. A explanação foi durante reunião, em Brasília, nesta segunda-feira, dia 25 de fevereiro.

Segundo o chefe da Divisão de Prospecção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), Fabrício Juntolli, o Mapa promoveu diferentes atividades ao longo do ano passado, entre as quais a capacitação de seus técnicos sobre a Agricultura de Precisão nas diferentes regiões do País. A intenção

é que um número cada vez maior de agricultores utilizem as ferramentas da AP para melhorar a gestão de suas unidades produtivas e ganhar em competitividade e sustentabilidade. Por isso, para este ano, o setor tem metas ousadas para melhorar a gestão.

Entre as ações para 2013, o convênio que será firmado entre o Mapa e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para a realização de cursos de capacitação em gestão da propriedade em AP, em diferentes regiões do País. O objetivo é mostrar o que é a Agricultura de Precisão, a sua importância para o produtor, bem como as vantagens econômicas para quem produz.

Além das discussões que envolveram a AP, os integrantes da Câmara também conheceram em detalhes os recursos já disponibilizados pelo Plano Agrícola e Pecuário (2012/2013), o balanço do registro de agrotóxicos para o setor de Florestas Plantadas e o calendário de participações do Mapa em feiras e missões no Brasil e exterior.

Ibama cobra compensações atrasadas em Belo Monte. Valor Econômico. 25/02/2013

Daqui a exatamente dois anos, se não houver qualquer atraso no cronograma da obra, a hidrelétrica de Belo Monte ligará a sua primeira turbina para tirar energia das águas do Xingu, no Pará. Bem antes disso, porém, a Norte Energia, responsável pela construção da maior usina do país, precisa entregar compromissos que assumiu quando iniciou o empreendimento, em junho de 2011, e que ainda não cumpriu.

O Ibama acaba de notificar o consórcio Norte Energia por conta de medidas condicionantes que deveriam ter sido atendidas, mas que ainda não saíram do papel. Essa notificação, que se baseia em um parecer técnico do instituto ambiental concluído em dezembro, tem caráter de alerta à companhia e pode levar a novas penalidades caso os problemas não sejam resolvidos no prazo de até 60 dias.

Na lista de atrasos estão itens básicos, como a conclusão do cadastro das milhares de famílias que terão suas casas e vidas atingidas pelo empreendimento. Um ano e meio depois de iniciadas as obras, o banco de dados ainda não foi entregue, aponta o relatório do Ibama. Sem as informações, ficam comprometidos projetos que dependem desses dados, como o programa de incentivo à pesca sustentável e o plano de conservação e de uso do entorno do reservatório da hidrelétrica.

O Ibama aponta atrasos em definições de áreas para reassentamento urbano, além de problemas na definição de locais para a construção das residências dos trabalhadores e demora na execução do plano de requalificação urbana de Altamira, município mais atingido pela hidrelétrica. Os analistas revelam ainda atraso no tratamento de milhares de toneladas de madeira de áreas desmatadas.

Esse é o segundo relatório realizado desde o início das obras. No primeiro levantamento, feito um ano atrás, o Ibama chegou a multar a Norte Energia em R\$ 7 milhões pelos atrasos. O consórcio apresentou defesa administrativa contra a multa e o processo encontra-se em fase final de julgamento pela autoridade de 1ª instância.

Em seu novo parecer, o Ibama sinaliza que o "atendimento às condicionantes evoluiu". Por meio de nota, o instituto informou que, no primeiro relatório concluído em dezembro de 2011, foram constatadas pendências na execução de 66% dos 87 projetos e 23 condicionantes estabelecidas. Desta vez, o Ibama constatou pendências na execução de 5% dos programas. Ainda assim, conclui o novo relatório, a situação "evidencia que há programas que não estão sendo implementados a contento."

Desde junho de 2011, o Ibama realizou 19 vistorias na região, totalizando 87 dias de atividades em campo. Foram elaborados 33 pareceres e 44 notas técnicas, além da realização de três seminários técnicos entre Ibama e empreendedor. "O Ibama analisa a adequação das medidas adotadas frente aos impactos constatados e registrados nos relatórios de monitoramento. Na hipótese de não atendimento de condicionantes, são avaliadas quais as medidas administrativas têm sua aplicação recomendada", informou o instituto.

As estimativas apontam que cerca de 20 mil pessoas vivem às beiras do Xingu em Altamira, em barracos de madeira erguidos sobre palafitas em condições absolutamente precárias. Há ainda cerca de 3 mil ribeirinhos que devem ser atingidos pela usina.

Na semana passada, a Justiça Federal atendeu pedido do Ministério Público Federal, e poderá multar a Norte Energia em R\$ 500 mil por dia se a empresa não comprovar que cumpriu o acordo celebrado com indígenas em outubro de 2012, relativo a medidas compensatórias. O MPF afirmou à Justiça que medidas essenciais do acordo não foram cumpridas. Agora, a empresa tem 30 dias para comprovar o contrário. Depois desse prazo, informou o MPF, a multa diária de R\$ 500 mil passa a valer.

O pacote de ações compensatórias de Belo Monte soma R\$ 3,88 bilhões. Por meio de nota encaminhada ao **Valor**, a Norte Energia informou que R\$ 722,7 milhões foram aplicados nos onze municípios da área de influência da usina, dos quais R\$ 302 milhões foram injetados em Altamira. Segundo a empresa, o cadastramento fundiário de Altamira está concluído e será enviado ao Ibama.

Em relação ao reassentamento urbano coletivo de Altamira, a Norte Energia informou que "tem se empenhado por efetuar uma aquisição amigável das terras necessárias para a realocação das famílias, o que, em alguns casos, não tem se mostrado possível".

A empresa alegou que o plano de requalificação urbana está em andamento, com obras iniciadas em Vitória do Xingu e Altamira. As obras de esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação já estão iniciadas em Vitória do Xingu. Em Altamira, os projetos de abastecimento de água e saneamento básico estão em fase final de elaboração para o início das obras nos próximos dias, informou a empresa.

A Polícia Federal investiga casos de prostituição infantil em Vitória do Xingu (PA), a cerca de 20 km de um dos canteiros de obra da usina. Na semana passa, um estabelecimento que funcionava na região foi interditado.

Indígenas ameaçam guerra para barrar hidrelétricas no rio Tapajós. André Borges
– Valor Econômico. 25/02/2013

Cacique Arnaldo Koba Munduruku: “Vamos para o enfrentamento, o Tapajós não vai sofrer como sofre hoje o Xingu”

Não houve acordo. O governo teve uma pequena amostra, na semana passada, da resistência que enfrentará para levar adiante seu projeto de construção de hidrelétricas ao longo do rio Tapajós, uma região isolada da Amazônia onde vivem hoje cerca de 8 mil índios da etnia munduruku. Um grupo de líderes de aldeias localizadas no Pará e no norte do Mato Grosso, Estados que são cortados pelo rio, esteve em Brasília para protestar contra ações de empresas na região, que realizam levantamento de informações para preparar o licenciamento ambiental das usinas.

Os índios tiveram uma reunião com o ministro de Minas e Energia (MME), Edison Lobão. Na mesa, os projetos da hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá, dois dos maiores projetos de geração previstos pelo governo. Lobão foi firme. Disse aos índios que o governo não vai abrir mãos das duas usinas e que eles precisam entender isso. Valter Cardeal, diretor da Eletrobras que também participou da discussão, tentou convencer os índios de que o negócio é viável e de que eles serão devidamente compensados pelos impactos. Os índios deixaram a sala.

Para o cacique Arnaldo Koba Munduruku, que lidera todos os povos indígenas da região do Tapajós, o resultado do encontro foi negativo. "Nosso povo não quer indenização, nem quer o dinheiro de usina. Nosso povo quer o rio como ele é", disse Koba ao **Valor**. "Não vamos permitir que usinas ou até mesmo que estudos sejam feitos. Vamos unir nossa gente e vamos para o enfrentamento. O Tapajós não vai sofrer como sofre hoje o rio Xingu", afirmou o líder indígena, referindo-se às complicações indígenas que envolvem o licenciamento e a construção da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA).

Numa carta que foi entregue nas mãos do secretário-geral da Presidência, ministro Gilberto Carvalho, os índios pediram "que o governo brasileiro respeite a decisão do povo munduruku e desista de construir essas hidrelétricas". No mesmo documento, os índios cobram agilidade na investigação da morte de Adenilson Kirixi Munduruku, que foi assassinado com três tiros em novembro do ano passado, na região do Teles Pires, rio localizado no norte do Mato Grosso e que forma o Tapajós, em sua confluência com o rio Juruena.

Os índios se negaram a assinar um documento apresentado pela Presidência, que previa compromissos a serem assumidos pelo governo, por entenderem que se tratava de uma consulta prévia já atrelada ao licenciamento das usinas do Tapajós. "Viemos até aqui para cobrar a punição pelo assassinato de nosso irmão, mas vimos que a intenção do governo era outra. Ele queria mesmo era tratar das usinas, mas não permitimos isso", disse o líder indígena Waldelirio Manhuary Munduruku. "Não vamos nos ajoelhar. Não haverá usinas, nem estudos de usinas. Iremos até o fim nessa guerra."

No balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) divulgado na semana passada, o cronograma de São Luiz do Tapajós e de Jatobá estabelece o mês de setembro para conclusão dos estudos ambientais das usinas. O levantamento de

informações na região começou a ser feito pela Eletrobras há pelo menos um ano e meio. Analistas ambientais e técnicos da estatal têm enfrentado resistências na região para colher informações dos moradores.

O grupo de empresas que o governo reuniu em agosto do ano passado para participar da elaboração dos estudos dá uma ideia do interesse energético que a União tem no Tapajós. Com a Eletrobras estão Cemig Geração e Transmissão, Copel Geração e Transmissão, GDF Suez Energy Latin America Participações, Endesa do Brasil e Neoenergia Investimentos.

Com as usinas de São Luiz e Jatobá, o governo quer adicionar 8.471 megawatts de potência à sua matriz energética. O custo ambiental disso seria a inundação de 1.368 quilômetros quadrados de floresta virgem, duas vezes e meia a inundação que será causada pela hidrelétrica de Belo Monte. O governo diz que é pouco e que, se forem implementadas todas as usinas previstas para a Amazônia, menos de 1% da floresta ficaria embaixo d'água.

Projeto Biomas em 2013 – Site da CNA. 27/02/2013

Os integrantes do Projeto Biomas, parceria entre o Sistema CNA/SENAR e Embrapa, se reúnem entre os dias 4 e 8 de março, em Curitiba, para planejar as próximas ações do projeto.

Em seu terceiro ano, o Projeto Biomas, planejado para ocorrer em 9 anos, busca levar soluções tecnológicas de produção e preservação para produtores rurais de todo o Brasil. “Com os resultados da pesquisa, poderemos demonstrar ao produtor rural as alternativas para a manutenção e reintrodução da árvores nas várias unidades de paisagem de sua propriedade, trazendo-lhes benefícios ambientais, sociais e econômicos”, diz Cláudia Rabello, Coordenadora Executiva do Projeto Biomas na CNA.

No Pantanal

O Pantanal foi o bioma mais recente a receber a equipe do Projeto Biomas. A área onde acontecerão os experimentos já foi escolhida e está sendo analisada pelos pesquisadores.

Além de reduzir custos ao produtor rural, os experimentos no Pantanal também terão como foco a preservação das árvores essenciais para a manutenção do ecossistema neste bioma específico. Um exemplo é o manduvi, espécie que abriga 95% dos ninhos de araras daquele bioma localmente. No sentido de atender esta e outras lacunas, o Projeto Biomas pretende pesquisar quais espécies nativas tem maior potencial para plantios para garantir maior sustentabilidade das fazendas da região em longo prazo.

Repercussão internacional do Projeto Biomas

A revista Ensia, uma das mais respeitadas publicações norte-americanas na área ambiental, publicou, este mês, uma grande reportagem sobre o Projeto Biomas. Um dos entrevistados foi o Coordenador Nacional do Projeto Biomas pela Embrapa, Dr. Gustavo Curcio.

Veja abaixo a reportagem traduzida:

INCORPORANDO ÁRVORES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Um projeto no Brasil visa introduzir técnicas comprovadas para manter a produção agrícola e promover a proteção ambiental.

REPÓRTER

Jill Langlois

20 de fevereiro de 2013 - Enquanto a população mundial cresce para 9 bilhões em 2050, o mesmo acontece com a demanda por alimentos. Isso significa que a terra atualmente dedicada à agricultura está sendo encarregada de produzir mais, muitas vezes em um curto período de tempo. Pesquisadores de todo o mundo estão trabalhando para descobrir como atender a essa demanda, sem degradar o meio ambiente. Com uma abundância de recursos naturais, o Brasil é um símbolo para este desafio. Maior e mais populosa Nação da América do Sul, detém mais água doce renovável do que qualquer outro país no globo e é conhecida como o "pulmão do mundo" pela quantidade inumerável de árvores inumeráveis em 2,1 milhões de milhas quadradas na Floresta Tropical da Amazônia.

É também uma Nação que viu a sua quota de conflito entre ambientalistas e agricultores sobre o uso das florestas do país. De fato, nos últimos anos ambientalistas foram baleados, e alguns culparam os agricultores e pecuaristas pelas mortes.

É neste contexto - e em face do altamente criticado Código Florestal, que se destina a proteger 80 por cento da floresta amazônica como reserva legal, que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), uma organização nacional que representa os agricultores, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), organização estatal vinculada ao Ministério da Agricultura, introduziram há três anos um plano que eles acreditam irá agradar tanto os ambientalistas e agricultores, permitindo a produção e preservação.

De acordo com o projeto da Embrapa e da CNA, conhecido como Projeto Biomas, estão sendo ensinadas soluções técnicas e científicas, além de técnicas comprovadas que mantêm a produção agrícola, bem como promovem a proteção ambiental, principalmente através do uso de árvores em propriedades dedicadas à agricultura em vários biomas do Brasil: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampas e Pantanal. Pesquisadores envolvidos com o Projeto Biomas, que está previsto para durar nove anos, dizem que eles estão mostrando como as árvores ajudam a solos e as águas circundantes, enquanto especificamente identificam os melhores usos potenciais para a terra em cada bioma, que assim se tornará mais sustentável.

Um exemplo é o "Dia de Fazenda", do projeto Biomas, que mostra aos agricultores como certos solos são ideais para cultivo de árvores que podem depois ser usadas para construir cercas. Mas os agricultores também aprendem a importância de ter árvores em suas terras, a fim de manter o solo fértil, o que, conseqüentemente, aumenta a produtividade da propriedade. Eles também são incentivados a sempre ter algumas árvores que crescem em suas fazendas.

"Nossos resultados terão um alto grau de interação entre fatores ambientais, sociais e econômicos", diz Gustavo Ribas Curcio, pesquisador e coordenador técnico do Projeto Biomas, da Embrapa, via e-mail traduzido de seu Português nativo. "Nós temos que alcançar resultados que respeitem o tempo, recursos e o trabalho do agricultor brasileiro." Relatórios sobre resultados estará disponível gratuitamente para todos os produtores rurais, tornando os resultados científicos específicos para cada bioma acessíveis a qualquer pessoa que queira usá-los para replanejar suas atividades agrícolas – o que os organizadores do Projeto Biomas chamam de "democratização da ciência no campo."

Curcio sabe que o trabalho que ele e sua equipe estão fazendo não vai mudar as coisas do dia para a noite: "trabalho com árvores é, obviamente, muito mais lento", diz ele. "O projeto é importante, não só para o solo, mas também para os agricultores envolvidos".

"Nós consideramos aspectos sociais e econômicos, bem como regionais e locais, que sempre estão na base da rentabilidade da propriedade", diz ele. "Nós vemos os desejos dos produtores juntamente com os benefícios ambientais".

Entre outros benefícios, Curcio aponta para o valor do Projeto Biomas em relação aos recursos hídricos. O projeto destaca a necessidade de preservar a vegetação natural ao longo das áreas suscetíveis à erosão, com o objetivo de permitir que a água da chuva possa ser absorvida pelo solo e atingir o lençol freático. Em algumas áreas menos vulneráveis, incentiva o plantio de plantas perenes. "Independente de flora e fauna, dois fatores muito importantes, temos que ter em mente que a água é um recurso ambiental de importância fundamental", diz Curcio.

Alguns opositores, no entanto, acreditam que tais preocupações ambientais são secundárias em relação ao principal objetivo do projeto. Jayme Vita Roso, um advogado ambientalista em São Paulo, que é conhecido pelo plantio de 800 mil árvores desde 1979 na cidade de 11 milhões de habitantes, diz que o objetivo principal do Projeto Biomas é avançar os interesses econômicos, tanto locais como internacionais, do governo e das grandes empresas. Ele também acredita que programas como o Projeto Biomas têm prioridade sobre os outros que seriam mais eficazes, simplesmente porque são apoiados pelo governo e, portanto, o governo tem a ganhar com eles.

João Meirelles, diretor do Instituto Peabirus, uma organização não-governamental brasileira focada em conservação da biodiversidade, que busca alternativas sustentáveis para a produção de soja e gado, encontra-se em algum lugar entre Curcio e Roso Vita. Enquanto ele aplaude a tentativa do Projeto Biomas de encontrar uma solução que possa preencher a lacuna entre a conservação e agricultura, ele afirma que a CNA está envolvida com esforços no passado para apoiar o desmatamento, a fim de que a produção de gado possa ser aumentada. "É claro que um projeto destinado a recuperar uma área degradável é bem-vinda", diz Meirelles, "mas então é necessário que ele tenha escala proporcional ao que já aconteceu."

Por sua parte, a CNA tem se expressado nos últimos anos sobre ser contra o desmatamento. Por exemplo, apoiou a concessão de anistia a proprietários rurais que desmataram ilegalmente suas terras se eles concordarem em refloresta-las, porque,

dizem eles, o reflorestamento foi a melhor tática para a conservação do que pagar multas.

Mas de acordo com Curcio, tais críticas não atingem o Projeto Biomas de qualquer maneira, que não foi idealizado para reverter os efeitos devastadores que o desmatamento teve sobre o Brasil no passado. Na verdade, Curcio diz, "o projeto não tem nada a ver com o desmatamento." O objetivo, diz ele, não é retornar a terra a alguma encarnação anterior. É mostrar os benefícios que o plantio de árvores pode ter para os agricultores e o meio ambiente, e dessa forma encontrar um bem comum para todas as partes envolvida

Projetistas em Agricultura de Baixo Carbono – Site da CNA. 28/02/2013

Nesta quarta-feira (27), uma equipe da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Ministério da Agricultura (Mapa) estiveram no Centro de Treinamentos Senadora Kátia Abreu, do SENAR/RN, para apresentar o Projeto ABC – Capacitação, um evento para os futuros projetistas em Agricultura de Baixo Carbono.

A assessora técnica da CNA, Jéssica Figueiredo, e técnica do Mapa, Jaqueline Matos Marques, apresentaram diversos pontos do projeto. “O Programa ABC, possui linhas de créditos disponíveis para os produtores que querem adotar uma produção sustentável. Essas linhas do Programa ABC têm a finalidade de financiar entre elas a recuperação de áreas e pastagens degradadas. A implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária e a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária; lavoura – floresta; pecuária – floresta ou lavoura-pecuária-floresta”, explicou a assessora do Mapa, Jaqueline Matos.

De acordo com o superintendente do SENAR/RN, Luiz Henrique Paiva, a capacitação de futuros projetistas é fundamental para uma nova agricultura. “Queremos uma agricultura moderna, mas também uma agricultura que respeite o meio ambiente e os novos tempos. Por isso, acredito nesse projeto”, afirmou.

ABC

Desde 2011, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Embaixada Britânica, realiza o Projeto ABC - Capacitação. Trata-se de ações que contribuem positivamente para o desenvolvimento do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC, do Governo Federal.

Acompanhe a agenda de treinamentos no Blog do Projeto ABC - Capacitação pelo link <http://www.canaldoprodutor.com.br/agriculturabaixocarbono>

Grande procura por financiamento do Programa ABC – Site da CNA. 28/02/2013

Reduzir emissão de CO² e outros gases causadores do Efeito Estufa, recuperação de áreas desmatadas ou degradadas, incentivar práticas sustentáveis de produção e expansão da atividade orgânica, são algumas das práticas propostas pelo Plano ABC. O plano prevê cotas de redução na emissão de gás carbono na atmosfera, que devem ser

obedecidas por cada país, dentro do Protocolo, de acordo com a taxa de poluentes emitidas pelas indústrias instaladas nestes países.

Para que as cotas sejam alcançadas, uma parceria com os bancos nacionais criou o Programa ABC, um programa de linhas de crédito que financia projetos agrícolas com base na redução de emissão de carbono.

Em Mato Grosso do Sul são cerca de 98 milhões em recursos liberados apenas pelo Banco do Brasil, segundo conta o superintendente da organização em MS, Marco Túlio Moraes da Costa. Para o técnico da Terra Fértil Planejamento Agropecuário, Juliano Pizzato, capacitações como está são importantes para esclarecer dúvidas que surgem durante a elaboração dos projetos.

“Há uma fala de informações na hora de elaborar o projeto. Muitas vezes, o analista comete erros simples que causam o atraso de todo o processo”, afirma Pizzato. De acordo com o consultor, a empresa foi responsável pela elaboração de 10 milhões em projetos para o Programa ABC em todo o Estado.

Durante os seminários dessa quinta-feira (28), foram discutidos o passo a passo para elaboração de projetos voltados para recursos financiados pelo Programa. Campo Grande encerrou o ciclo de capacitações deste ano no país.

Segundo a coordenadora da capacitações do Projeto ABC da CNA, Camila Sande, em Mato Grosso do Sul os resultados estão superando o esperado já que os técnicos do estado demonstraram conhecimento do assunto. “O seminário de Campo Grande encerram o ciclo de capacitações do Projeto ABC este ano. Consideramos positivo o resultado já que os recursos destinados pelos bancos aos projetos deste ano já se esgotaram”.

O superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/MS, Clodoaldo Martins, acredita que a capacitação pode ajudar os elaboradores a formatar melhor os projetos. “A procura por créditos do Programa ABC é muito grande, principalmente na região do bolsão e norte do Estado onde se desenvolve uma atividade de pecuária e as áreas de pastejo são extensas”, finaliza.

Sobre o Projeto ABC – O Projeto ABC é desenvolvido em parceria com a Embaixada Britânica, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Banco do Brasil, Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (Abraf) e Bradesco, para difundir práticas de baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no meio rural.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica começa a ser elaborado – Site do MDA.28/02/2013

Propostas para a elaboração de um documento com objetivos, metas, estratégias, bem como a definição de ações do governo federal para uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, foram debatidas, nesta quinta-feira (28), na 2ª

Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), no Palácio do Planalto.

A discussão dá sequência a uma série de reuniões, iniciadas em 2012, e já é considerada pelos setores como algo inédito, um marco para o país, por reunir todos os segmentos da agricultura, da agroecologia, governamentais e não governamentais. Juntos, eles debatem pontos como produção, comercialização e consumo. Dentro desses três eixos, também fizeram parte do debate: pesquisa, assistência técnica e extensão rural, crédito, mercado, entre outros assuntos.

“Nos próximos 30 dias, a versão preliminar do plano passará por um conjunto de contribuições das principais organizações da agricultura familiar e de representantes da agroecologia. Até abril, o documento deverá ser encaminhado para a presidência”, explica o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Valter Bianchini.

O encontro contou com setores da sociedade envolvidos no tema para contribuir na elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), tais como: representantes de ministérios, de agricultores familiares, de agricultores orgânicos, de movimentos e associações do setor.

Entenda a notícia

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) tem como objetivo "integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável. Isso possibilita à população melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais". Para que a política seja executada, está sendo elaborado o Plano Nacional de Agroecologia (Planapo).

Em novembro de 2012, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, assinou Portaria que cria a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), formada pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; da Educação; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Fazenda; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Compete à Câmara elaborar proposta do Plano, articular os órgãos e entidades do Poder Executivo para a implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e do Plano, além pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre a gestão e implementação do Plano.

A 1º Reunião da Câmara Interministerial ocorreu em dezembro de 2012, quando foi aprovada redação de objetos do Plano. Na ocasião, sete grupos de trabalho foram formados para elaborarem a primeira versão do plano, apresentada na 2ª Reunião da Câmara.

Fevereiro de 2013 - 2ª Reunião

A 2ª Reunião, coordenada pelo secretário executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), Selvino Heck, teve a participação de representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Saúde, da Educação, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Orgânicos, Associação Brasileira de Agroecologia, Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio), entre outras. Também contou com movimentos de trabalhadores e de agricultores, como o de Mulheres Camponesas.

Comissão interministerial e sociedade civil discutem critérios para estimular a produção orgânica – Site do MMA. 28/02/2013

A versão preliminar do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi apresentada, na manhã desta quinta-feira (28/02), na 2ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, no Palácio do Planalto, em Brasília. A comissão, liderada pela Secretaria Geral da Presidência da República, discutirá, durante dois dias, os quatro eixos de sustentação da proposta. O objetivo é ouvir sugestões e fazer adaptações, a partir das discussões entre representantes de nove ministérios e outros organismos governamentais que integram o grupo.

Segundo o secretário-executivo da comissão e assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, Selvino Heck, o debate será fortalecido por meio da visão dos membros do governo e sociedade, com diálogo direto entre todos os órgãos envolvidos no tema. “Trata-se de desafio conjunto, que deve responder a demanda de integração e adequação de políticas públicas e ações de incentivo a produção agroecológica e orgânica”, destacou.

Fazem parte do grupo de trabalho, além da Secretaria-Geral da Presidência, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério da Pesca e Aquicultura e representantes de entidades da sociedade civil.

CONSERVAÇÃO

A proposta apresentada nesta quinta-feira está fundamentada em quatro eixos: produção; uso e conservação de recursos naturais; conhecimento, inovação e pesquisa; e comercialização e consumo. Para o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral, o eixo que trata do uso e conservação de recursos naturais é prioritário para o MMA. “O objetivo é promover e consolidar processos de uso e conservação dos recursos naturais,

além de investir em atividades como regularização ambiental e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade”, explicou. Além disso, a consolidação de programas de mudas específicas para sistemas de base orgânica e agroecológica também são prioridade.

As populações extrativistas, que vivem do uso sustentável da biodiversidade, estão representadas no grupo pelo presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Joaquim Belo. Segundo ele, há muito que se aprender do trabalho realizado pelas comunidades extrativistas, entre ribeirinhos, índios, quilombolas e pequenos agricultores. “Imagino que podemos repassar um pouco do conhecimento adquirido há séculos na floresta pelos nossos povos, sobre a produção natural, sem agrotóxicos e com inclusão social de milhares de famílias que vivem da comercialização de produtos como açaí, babaçu, borracha, piaçava, entre outros”, afirmou.

PRODUÇÃO E PESQUISA

Segundo o Plano de Agroecologia, está previsto o fomento de R\$ 5 bilhões por ano para o custeio e investimento com instrumentos de crédito e de seguro da produção e agroindustrialização adequados à produção orgânica e de base agroecológica, sem incluir os R\$ 55 milhões para ações de fomento e apoio a infraestrutura produtiva. Dessa forma, espera-se alcançar 28 mil unidades de produção adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica. Também está prevista a aplicação de R\$ 4,3 milhões em ações de fortalecimento de grupos de mulheres rurais.

Na área de pesquisa, a versão preliminar da proposta prevê a promoção de assistência técnica e extensão rural, com enfoque agroecológico e sistemas orgânicos de produção, para 230 mil unidades familiares e 150 organizações econômicas da agricultura familiar. Além da aplicação de R\$ 53,5 milhões em programas, projetos e ações de ensino, inovação e extensão tecnológica pelas instituições de ensino fundamental, médio e superior e mais R\$ 9 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

